



Exemplar avulso: R\$ 7,50

filantropia[®]

Voluntariado & Terceiro Setor

Discriminação Racial

Captação de Recursos

Códigos de Ética e suas variações pelo mundo

Elaboração de Projetos

O passo-a-passo de como elaborar um bom projeto

Balanco Social

A importância da publicação do balanço social das empresas

Legislação

Adequação das organizações religiosas às alterações do Novo Código Civil

*Erradicação da desigualdade
entre negros e brancos no
Brasil – será possível?*

Entrevista

Em meio a diversos pedidos da imprensa, Patrús Ananias deu prioridade à Revista Filantropia e concedeu entrevista exclusiva

**Gestão do 3º Setor.
Para conhecer a teoria,
temos um curso.
Para conhecer a prática,
temos 52 projetos sociais.**

Além de oferecer um curso de pós-graduação em Gestão de Organizações do Terceiro Setor do mais alto nível, o Mackenzie também participa de 52 projetos sociais. Projetos como o "Criança Sorriso", que contribui para a recuperação de mais de 100 crianças vítimas de violência doméstica; a "Orquestra Didática Criar e Tocar", que proporciona a crianças em situação de risco social acesso a música, como arte e manifestação cultural e como profissão; ou o "Cidadania Digital", que reduz a exclusão, abrindo as portas da sociedade digital aos menos favorecidos. Curso de Gestão do Terceiro Setor Mackenzie. Quem sabe faz e ensina.

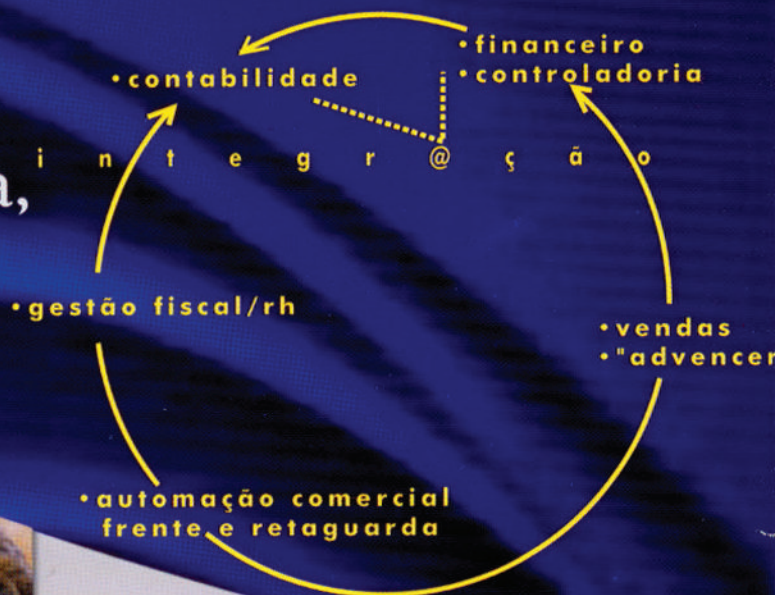


Instituto Presbiteriano
Mackenzie

TRADIÇÃO E PIONEIRISMO NA EDUCAÇÃO.

Fone: (11) 3236-8766 • www.mackenzie.com.br

A **Asplan** é a solução especializada para a gestão de sua empresa, quer ela tenha fins lucrativos ou **sociais**.



Use a solução
de quem é especializado
no **Terceiro setor**

Alguns de nossos clientes

Fundação Abrinq
Fundação Bional
Instituto Ethos
Ibracon – SP
Sindcont – SP
Sinfar
Simpi

SISTEMAS DE GESTÃO INTEGRADOS E MODULARES

asplan
SOFTWARE DE GESTÃO
CORPORATIVA E CONTÁBIL

www.asplan.com.br
comercial@asplan.com.br
tel || 5081-9800
fax || 5081-9804
rua loefgreen 1365
04040-031
são paulo • sp

SÓ MESMO UM MOUSE PRA FAZER A ALEGRIA DE MUITAS CRIANÇAS.





São João do Oeste contra o analfabetismo

A cidade agrícola do oeste de Santa Catarina foge aos padrões brasileiros quando o assunto é alfabetização. Segundo dados do IBGE, o município tem o menor índice de analfabetismo do país – 100% das crianças acima de quatro anos estão na escola e 80 % da população conclui o ensino médio. “Programas como o Brasil Alfabetizado são essenciais, mas a transformação vem com a mudança de mentalidade”, diz Bruno Reichert, secretário municipal de Educação. O programa foi desenvolvido pela Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo do MEC.

www.ibge.gov.br
www.mec.gov.br



ONGs fazem proposta para educação indígena

A coordenação da Educação Escolar Indígena, programa do Ministério da Educação, recebeu projetos preparados por seis organizações não-governamentais que atuam no Maranhão, Tocantins, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Amazonas, Amapá e Roraima. As propostas visam à formação de professores, pesquisas sobre processos lingüísticos e produção de materiais didáticos. Além disso, em parceria com a Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP, o MEC desenvolveu o programa Rádio-Escola, para que estudantes indígenas e afrodescendentes de escolas públicas do centro-oeste do país possam utilizar o rádio em práticas pedagógicas. Serão atendidas escolas de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As emissoras não serão consideradas comunitárias, pois só irão operar na área das escolas, não tendo frequência comercial.

www.mec.gov.br

Combate à Aids na Paraíba

A Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba assinou convênio que libera verbas para nove ONGs que visam a combater a Aids. De acordo com Ranulfo Cardoso, coordenador da Vigilância Epidemiológica – Núcleo de Controle de DSTs/Aids, os projetos já vinham sendo supervisionados pelo governo federal. A proposta é tentar zerar a transmissão vertical (de mães para filhos) do vírus até 2007.

www.paraiba.pb.gov.br

Fórum Econômico Mundial

O fórum é realizado desde 1971 em Davos, na Suíça, e conta com a participação de representantes de governos, ONGs, jornalistas, líderes religiosos e manifestantes. Neste ano, o evento aconteceu em janeiro e o tema central foi “Segurança e Prosperidade”, escolhido por pesquisa realizada com 43 mil pessoas de 51 nações. Discutiram-se também pontos como economia global, a questão ambiental, o comércio agrícola e o bem-estar dos habitantes de todo o mundo.

www.weforum.org



Kofi Annan discursando no Fórum Econômico

Andi está entre os melhores do mundo

A Agência de Notícias dos Direitos da Criança ficou entre os três vencedores do Prêmio Japão para o Projeto mais Inovador de Desenvolvimento. A Andi levou a proposta de expandir tecnologias para outras organizações voltadas a trabalhos de comunicação na América Latina. Para Marcos Fuchs, diretor de Planejamento da agência, “com esse prêmio, a Andi é reconhecida como uma instituição que atua em desenvolvimento humano e social, o que nem sempre é compreendido”.

www.andi.org.br



Marcos Fuchs, diretor de Planejamento da Andi

Atletas paraolímpicos em Atenas

Em fevereiro, 66 atletas convocados para a Equipe Paraolímpica Brasileira passaram pela primeira fase de avaliações, que consiste em testes físicos, psicológicos, nutricionais e técnicos. Depois, os profissionais de Medicina Esportiva analisam os resultados e verificam quais as virtudes e os pontos fracos dos atletas, física e psicologicamente. A meta é que a delegação brasileira traga mais medalhas da Grécia do que trouxe da Austrália – só no atletismo, o número de participantes aumentou 70%.

www.cpb.org.br

O atleta Sandoval Francisco da Silva durante a avaliação



Brasil e Suécia na discussão sobre o autismo

A Associação de Amigos do Autista (AMA), o Hospital Alvorada e o governo da Suécia realizaram o "Intercâmbio Brasil-Suécia em Autismo", abrindo um espaço de disseminação e discussão do assunto para a área médica brasileira. As palestras dos especialistas suecos dr. Christopher Gillberg e dr. Peder Rasmussen tiveram tradução simultânea e foram direcionadas especificamente a pais, pediatras, neurologistas e psiquiatras.

 www.ama.org.br

Instituto Pão de Açúcar inaugura centro educacional

O Instituto Pão de Açúcar inaugurou, no começo de março, um novo centro educacional no bairro José Menino, em Santos. O espaço foi batizado de Casa de Santos, tem programas educacionais para jovens de 7 a 18 anos e capacidade para atender até 700 pessoas diariamente. Mesmo inaugurado, as obras do centro continuam em andamento: serão construídas cinco salas de aula, um laboratório de informática e uma sala para ensaios da Orquestra Acores Pão de Açúcar.

 www.institutopaodeacucar.org.br



Ensaio dos meninos da Orquestra Acores Pão de Açúcar

Oscar na Cidade de Deus

Treze instituições que realizam trabalhos sociais no bairro Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, aproveitaram as indicações do filme *Cidade de Deus* ao Oscar e o Dia Internacional da Mulher para premiar 20 mulheres que ajudam a transformar a região. Elas receberam a estatueta Dignidade na Luta, que se tornou conhecida como "Oscar da Cidade de Deus", feita em gesso e em forma de mulher.



Artistas reunidos no encerramento do show

Senna in Concert 2004

O Ano Ayrton Senna do Brasil foi inaugurado com um grande show no Estádio do Pacaembu, em São Paulo. O evento, que aconteceu no dia 20 de março, um dia antes do aniversário no qual Senna completaria 44 anos, reuniu ídolos como Milton Nascimento, Caetano Veloso, Chico Buarque, Daniela Mercury, Frejat, Gilberto Gil, Ivete Sangalo e a dupla Sandy e Júnior. Além dos músicos, também participaram as celebridades Xuxa, Chico Pinheiro, Galvão Bueno, Dunga e Emerson Fittipaldi. Cerca de 30 mil pessoas compareceram à festa que celebrou os valores de Ayrton e a importância que ele tem para o país. "Queremos festejar seus valores, ativando o Ayrton Senna que há dentro de cada um de nós e lembrar que com garra, determinação e disciplina, todos podemos ser campeões e conquistar nossos sonhos", declarou Viviane Senna no encerramento do show. A renda do espetáculo foi revertida para o Instituto Ayrton Senna.

 www.institutoayrtonsenna.org.br

Projetos culturais em Itapeverica da Serra

O programa Barracões Culturais da Cidadania foi lançado em 1997 por educadores e artistas, com o apoio do BNDES e da Prefeitura Municipal em Itapeverica da Serra. A cidade já foi considerada uma das mais violentas da Grande São Paulo e, por isso, a comunidade está investindo no projeto, que leva educação e lazer a crianças e jovens com a finalidade de reduzir o índice de criminalidade. Anualmente, a iniciativa envolve cerca de três mil crianças e adolescentes em 233 atividades desenvolvidas nos 13 barracões espalhados pelo município.

 (11) 7947-1422

Investimento privado no Terceiro Setor

Segundo pesquisa da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) publicada em janeiro deste ano, os investimentos das empresas no Terceiro Setor estão crescendo. Das 543 empresas entrevistadas, 75,9% apóiam projetos sociais e aproximadamente 40% desenvolvem parcerias. No *Guia Exame de Boa Cidadania*

Corporativa 2003 consta que as 245 empresas pesquisadas são responsáveis pelo financiamento de mais de 1.200 projetos sociais. Tendo em vista esse crescimento, as ONGs ampliaram sua participação nos concursos de seleção de projetos feitos por agentes financiadores.

EXPO FOME ZERO

Brasil Socialmente Responsável

A primeira exposição organizada para a apresentação de iniciativas em apoio ao programa Fome Zero e ao desenvolvimento social foi marcante para o Terceiro Setor: contou com a apresentação de 138 empresas e instituições e a presença de 5 mil visitantes. O evento aconteceu em fevereiro no Expo Center Norte, em São Paulo, e teve grande repercussão, especialmente por parte da mídia. Uma das principais metas era esclarecer as intenções do programa do governo Lula, que ainda gera polêmica por ser taxado como assistencialista.

Na abertura, o presidente discursou sobre a erradicação da fome e declarou que o Brasil tem condições de resolver os problemas com os próprios meios, sem precisar de apoio externo. Segundo Lula, o país apenas sofre com a fome por desacertos históricos da política e pela má distribuição de renda. Assim, o Fome Zero surgiu para ser o provocador do combate à fome, unindo governo, ONGs, sindicatos e empresas. Ainda na cerimônia de abertura houve o discurso do ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias. Segundo ele, ter três refeições por dia não é somente uma expressão do presidente Lula, e sim desejo dos brasileiros.

A feira foi uma grande oportunidade para expositores divulgarem suas ações sociais e, ao mesmo tempo, promover parcerias, aproveitando que grande parte do público era de alguma forma ligada ao Terceiro Setor. A **Revista Filantropia** também teve sua participação, com presença num estande para divulgar a publicação. A mistura de grandes empresas conhecidas nacionalmente (como Telefônica, Petrobrás e Pão de Açúcar) com pequenas iniciativas vindas de todos os

cantos do Brasil possibilitou não somente a integração, mas também o conhecimento umas das outras, o que dificilmente aconteceria sem o evento.

Além da exposição, houve ainda o Fórum Expo Fome Zero, que consistiu em um ciclo de palestras com empresários, jornalistas e trabalhadores do Terceiro Setor. No primeiro dia de palestras, Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos, falou sobre responsabilidade social. Acentuou que a situação do país tem chances de mudar se as prioridades da população, empresas e mídia se voltarem ao social. O assessor especial Frei Betto enfatizou o caráter de inclusão social do programa, citando também o Sede Zero, que consiste na construção de cisternas e no superaproveitamento da chuva: "Pensando bem, não faz sentido deixar a água da chuva ir embora". Entre os palestrantes estavam também Viviane Senna, José Roberto Marinho, André Spitz (da COEP), Paulo Itacaramby (Instituto Ethos) e dr. Carlos Lessa (BNDES).

O fórum foi extremamente enriquecedor aos participantes, pois reuniu figuras ilustres e renomadas na área. Ainda serviu de palco de discussões e questionamentos sobre as atitudes que têm sido tomadas para o desenvolvimento social do Brasil.

A feira foi "mais que uma vitrine das ações de responsabilidade social em todo o país", de acordo com Abdala Jamil Abdala, presidente da Francal Feiras. O público visitante e os participantes puderam perceber que muitas ações estão realmente em prática, com a participação de todos os setores da sociedade em prol do bem-estar social comum do brasileiro, sem qualquer tipo de exceção ou exclusão.

Presidente Lula discursa na abertura do evento



Passeio do presidente pela exposição

Palanque durante o colóquio de Lula



Mostra fotográfica da Organização Médicos sem Fronteiras

A inauguração das mostras fotográficas Trópicos do Abandono e Sua Rua Minha Vida aconteceu no dia 15 de março no Rio de Janeiro. A organização atende vítimas de conflitos armados, epidemias e desastres naturais. No evento há informações sobre sintomas de doenças como leishmaniose, malária e tuberculose, incidência, medicamentos, pesquisas, formas de tratamento e outras curiosidades. As fotos, mapas e casos verídicos mostram o quadro social no qual as enfermidades surgem, em grande parte nos países em desenvolvimento.

 www.ccs.saude.gov.br



Mãe e filho com malária, doença de grande incidência nos países em desenvolvimento

Grão da Vida

Com o apoio do governo alemão, a ONG Grão da Vida trouxe para o Brasil a *big band* alemã Phoenix Foundation, para única apresentação no dia 2 de abril em São Paulo. A banda é constituída por 20 jovens músicos, com idade média de 19 anos, e seu repertório tem influências do rock e do pop.

 www.graodavida.org.br

Prêmio Crianças do Mundo

O Prêmio Crianças do Mundo, promovido pela organização sueca Children's World, foi lançado em março no Sesc de Santarém, no Pará. Participam dele crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de todo o mundo. A votação, realizada em âmbito mundial, escolheu pessoas e organizações que se destacam na luta pelos direitos da Infância e da Adolescência.

 www.shs.cemol.com.br/childrensworld2004/

Gestão de Responsabilidade Social

O 23º Encontro sobre Gestão da Responsabilidade Social, Gerência e Certificação aconteceu no início do ano e contou com a palestra de Roberto Cysne, presidente do Instituto Avançado de Desenvolvimento Pessoal e Profissional.

 www.iadepp.org.br

Curso de Capacitação do Instituto Apae

O curso de 180 horas tem como meta formar educadores, profissionais e estudantes das áreas de saúde e assistência social. O enfoque é voltado ao desenvolvimento de habilidades necessárias para lidar com a inclusão social de pessoas com deficiência mental.

 www.apaesp.org.br

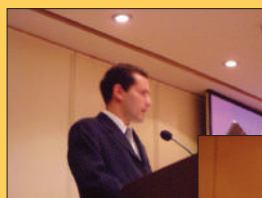
Reciclagem de alumínio

O Brasil é tricampeão mundial em reciclagem de latas de alumínio. De todas as latas vendidas em 2003, 89% foram recicladas. Segundo a Abal (Associação Brasileira de Alumínio), a atividade gera emprego para mais de 160 mil pessoas.

 www.abralatas.org.br

Captação de recursos para o Terceiro Setor

O 5º Simpósio Nacional sobre Captação de Recursos para o Terceiro Setor, realizado pela Econômica Desenvolvimento Empresarial e com apoio da **Revista Filantropia** e da Sigrats, destinou-se àqueles que trabalham em entidades sem fins lucrativos, com o objetivo de transmitir informações úteis sobre as melhores maneiras de captar e gerar recursos. Os palestrantes discutiram acerca do tema em ângulos diferenciados, como o perfil do captador de recursos, geração de renda, empreendedorismo social, importações, atividades comerciais das entidades, recursos públicos à cultura e comunicação visual. O diretor técnico da **Revista Filantropia** e coordenador geral do evento, Marcos Biasoli, falou sobre questões legais de campanhas para entidades, e o editor da revista, Marcio Zeppelini, discursou sobre a comunicação visual que torna uma entidade mais atrativa. Além deles, as palestras foram dadas por grandes nomes do Terceiro Setor, como Renata Brunneti, Cristina Murachco, Célia Cruz, Roberto Caparroz de Almeida e Sérgio Xavier. Houve também durante o evento emocionante apresentação do grupo Arrasta Lata, parte do projeto Arrastão, com batuque feito por crianças e adolescentes em materiais reciclados.



Marcio Zeppelini e Célia Cruz durante palestras



Apresentação do Grupo Arrasta Lata

 www.economica.com.br

PATRUS ANANIAS

*Ministro Patrus Ananias assume
“superministério” do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome empenhado
em repetir o êxito de sua experiência
como prefeito da capital mineira*

DANIELA TCHERNIACOWSKI

Sucessor dos ex-ministros Benedita da Silva e José Graziano, Patrus Ananias, 51 anos, assume o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o apelido de “superministro”, dado o peso com que seu cargo acumulou na fusão dos ministérios da Assistência Social e da Segurança Alimentar, considerados os mais fundamentais do governo federal.

Ex-prefeito de Belo Horizonte, o deputado federal foi bem recebido pela sociedade civil, em especial pela Igreja Católica, devido a seu histórico como militante da esquerda católica e de movimentos sociais.

A escolha do presidente Lula também foi reflexo da boa administração de Ananias na prefeitura da capital mineira. Em sua gestão, ele criou o primeiro restaurante popular do país em 1993, ampliou o projeto de merenda escolar e iniciou programas de melhoria da comercialização e produção de agricultura familiar, entre outras ações que o deixaram com 85% de aprovação popular.

Agora à frente da área mais difícil do governo, alvo de inúmeras críticas no primeiro ano de mandato do presidente, Patrus Ananias terá de trabalhar muito para colocar seu ministério em ordem. Prefere não comentar as eventuais falhas dos colegas que o antecederam, mas diz que eles foram importantes para criar uma base de trabalho que deverá ser continuada.

Segundo ele, um dos objetivos é, até o segundo semestre deste ano, aumentar para 6,5 milhões o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, somando um total de 20 milhões de brasileiros.

Apesar da agenda atribulada e dos inúmeros pedidos de entrevistas, fez questão de dar prioridade à **Revista Filantropia**, como revelaram seus assessores, por se tratar de um órgão especializado na área social.



“O presidente reafirmou seu compromisso ao dizer que todas as famílias que vivem na linha da pobreza serão assistidas pelo Bolsa Família”



Revista Filantropia: *O que o senhor achou da medida do presidente Lula de unir dois grandes ministérios em um só? Essa fusão não sobrecarregará o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome?*

Ministro Patrus Ananias: Foi uma medida sábia em sintonia com as mais modernas concepções de administração pública e de aplicação de políticas públicas e sociais. A unificação dos ministérios e também da Secretaria do Bolsa Família visa justamente ao atendimento às famílias e até mesmo a comunidades inteiras que vivem sério risco de marginalidade social, mendicância, indigência, violência, prostituição e uso do tráfico de drogas. Os programas do antigo Ministério da Assistência Social, por exemplo, são relacionados com os benefícios continuados, que constam na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). Nessa área, vamos igualmente manter e ampliar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o programa Sentinela (de prevenção e combate vigoroso ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes). Pretendemos ainda consolidar o programa Agente Jovem, buscando interfaces com o Primeiro Emprego e outros projetos de juventude que resgatem a dignidade dos jovens, principalmente nas periferias das médias e grandes cidades. Ainda temos o intuito de levar para as metrópoles os programas de Segurança Alimentar, com a implantação de restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e o Bolsa Família. Com tal ação, são atendidas 3,6 milhões de famílias, número que deve ser ampliado para 4,5 milhões de famílias até o final de julho deste ano.

Filantropia: *Na opinião do senhor, quais são as falhas ocorridas nos dois ministérios anteriores? Como pretende corrigi-las?*

Patrus: Não cabe a mim julgar. Encontrei nos ministérios programas importantes que serão mantidos e, se possível, consolidados e ampliados. Quem tem experiência na administração pública, sabe que o primeiro ano de governo é o mais difícil. É um desafio colocar o trem nos trilhos, acertar contas e dívidas passadas e montar equipe. Foi um grande avanço já no primeiro ano de governo e os ministros que me antecederam certamente fizeram um trabalho de base.

Filantropia: *Como o senhor pretende administrar os principais programas sociais do governo federal? Quais as metas a serem atingidas até o final do mandato?*

Patrus: Estamos levantando os projetos e redefinindo algumas prioridades. Também estamos estudando recursos, prazos, metas, procedimentos e parcerias. O que há de concreto é a determinação do presidente da República de incorporar à Bolsa Família mais 901 mil famílias até o fim de julho e mobilizar tanto a área econômica do governo como a social. O intuito é, ainda no segundo semestre deste ano, transferir do Bolsa Escola para o Bolsa Família mais 2 milhões de famílias. Teríamos, então, 6,5 milhões de famílias beneficiadas, um total de 20 milhões de brasileiros. O presidente reafirmou seu compromisso ao dizer que, até o fim de seu mandato, todas as famílias que vivem na linha de pobreza ou abaixo dela serão assistidas pelo Bolsa Família, seguramente um dos maiores, senão o maior programa de transferência de renda mínima familiar cidadã do mundo.

Filantropia: *Que dados podem comprovar os resultados de sua administração como prefeito de Belo Horizonte?*

Patrus: Os dados são históricos, estatísticos e, sobretudo, de muitas obras. Neles, há cerca de 15 escolas construídas e dezenas que foram reformadas e ampliadas. Os documentos ainda incluem o restaurante popular, além das feiras livres e dos mercados municipais que implantamos. Cito ainda os postos de saúde, as obras do orçamento participativo e de ampliação, e a parceria que fizemos com o Hospital das Clínicas. Houve redução da mortalidade infantil — trabalho desenvolvido em parceria com a Pastoral da Criança —, e a redução dos índices de desnutrição, especialmente entre crianças de creches e escolas públicas municipais. Com isso, eu obtive quase 30% dos votos válidos na cidade como candidato a deputado federal. É uma votação espontânea e mostra realmente um período vitorioso de Belo Horizonte. Continuou com o prefeito Célio de Castro e, agora, com o atual, Fernando Pimentel. A própria continuidade das forças democráticas e populares e do Partido dos Trabalhadores na prefeitura há três mandatos já demonstra também o êxito dessa experiência inaugural sobre a nossa responsabilidade.

Filantropia: *A partir da experiência na capital mineira, o que o senhor deve utilizar para um plano nacional de combate à fome e à miséria?*

Patrus: Em Belo Horizonte, a experiência foi importante na área de segurança alimentar e de combate à fome com a implantação do restaurante popular e dos postos fixos e móveis do abastecer, chamados sacolões populares. Nessa atividade,



trabalhamos em parceria com pequenos e médios produtores rurais e comerciantes. Eles atuam sob o controle da prefeitura, que acompanha e fiscaliza os preços, a qualidade dos produtos, o local da instalação dos postos. Quero utilizar também os programas Safra e Direto da Roça, que possibilita aos produtores rurais de diferentes pontos de Minas Gerais, como Jequitinhonha, norte de Minas e Zona da Mata, vender suas mercadorias sem ação de atravessadores. Na área social, a prefeitura de Belo Horizonte foi pioneira na implantação da Loas e dos Conselhos de Assistência Social, e em outras experiências com as comunidades, como o trabalho com os jovens, que deverá ser aproveitado em projetos como o Peti e o Agente Jovem.

Filantropia: *Há anos as pesquisas vêm demonstrando a alta taxa de natalidade entre mulheres pobres e, mais ainda, entre adolescentes. Apesar de já ter declarado ser contra a vinculação de um programa de planejamento familiar com o Bolsa Família, o senhor defende a necessidade do planejamento familiar como forma de reduzir o número de carentes que passam fome no Brasil?*

Patrus: O Estado deve colocar à disposição das famílias todos os recursos legais que estejam vinculados ao planejamento familiar, à paternidade e maternidade responsáveis. Sobretudo, é fundamental um esforço vigoroso do

poder público e da sociedade civil para acabar com a tragédia da gravidez precoce que atinge milhares de crianças e adolescentes no país. Mas, para tanto, não deve haver nenhuma coerção ou constrangimento no sentido de submeter políticas públicas e sociais, como o Bolsa Família ou os benefícios da Loas, para que se evite filhos. Isso é uma questão de consciência. O papel do Estado é informar, educar e colocar os recursos e procedimentos legais à disposição das pessoas. Dados mostram que onde há desenvolvimento econômico, social, cultural, e também ético e espiritual no campo dos valores, procedimentos e relações humanas, as famílias têm os filhos dentro de um planejamento sério e responsável. No entanto, não é só o planejamento familiar que reduz as desigualdades sociais: é preciso políticas concretas e eficazes de crescimento econômico e distribuição de renda.

Filantropia: *O fato de o senhor ter fortes ligações com a Igreja Católica é um empecilho para o desenvolvimento de um programa de planejamento familiar? Como estimular o programa entre a população e não barrar em questões religiosas? Há alguma ação sendo feita para promover o planejamento familiar?*

Patrus: O planejamento familiar deve estar ligado à educação, ao esclarecimento e ao acesso aos recursos legais. No caso da Igreja



“...não é só o planejamento familiar que reduz as desigualdades sociais: é preciso políticas concretas e eficazes de crescimento econômico e distribuição de renda”



Católica e de outras igrejas cristãs, as orientações valem para seus fiéis. Eu, como cristão católico, obedeço aos ensinamentos da Igreja segundo a minha consciência. É claro que é preciso considerar toda a sociedade. Por sermos uma sociedade laica, republicana e democrática, as decisões nem sempre coincidem com as orientações católicas.

Filantropia: Durante a Expo Fome Zero, foi levantado que muitas empresas estavam transferindo recursos para o Fome Zero em virtude de essa ação gerar maior propaganda e retorno de imagem para as corporações. Qual a opinião do senhor a respeito disso, uma vez que a falta de recursos pode prejudicar ações sociais que há anos se voltam para as mesmas

questões do Fome Zero, como o fim da fome, da miséria e a geração de empregos?

Patrus: A mim não cabe julgar. Devemos, obviamente, sempre estar atentos. Parcerias devem ser feitas com empresas idôneas e éticas, que cumpram suas obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e tributárias, e pratiquem valores legais e éticos. No entanto, não temos condições de avaliar todas as situações. Estamos empenhados em criar um mutirão envolvendo os espaços governamentais e empresas públicas, mas queremos também envolver cada vez mais a sociedade, as igrejas, universidades, ONGs, a iniciativa privada e os empresários que queiram contribuir em projetos voltados para o bem comum. Cada um de nós tem seu papel, lugar e responsabilidade. 



DIVULGAÇÃO



Desenvolvemos, analisamos e implementamos sua gestão contábil, quer ela tenha fins lucrativos ou sociais

Serviço personalizado e especializado no Terceiro Setor

- Fundação Abrinq
- Ass. Anália Franco
- Filanet Finance Brasil (ONG)
- ANE-AC



São mais de três décadas de tradição que possibilitaram agregar valores como inovação, informação e agilidade à nossa conduta de trabalho e atendimento.

- Contabilidade Gerencial com análises de orçamento e por projetos
- Planejamento tributário objetivando economia de forma legal
- Área Contábil, Fiscal, Financeira e de Recursos Humanos
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e Auditoria Preventiva
- Serviços e Informações online pela Internet com total segurança
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão

Elaboração de Projetos e Captação de Recursos

RICARDO FALCÃO
r.falcão@terra.com.br

Este é o primeiro de cinco artigos que apresentarão uma maneira simples e objetiva de se elaborar projetos, pensando em sua captação de recursos e desmistificando sua complexidade.

Elaborar projetos, à primeira vista, parece complicado. Pode-se pensar que curso superior seria pré-requisito para tal; outras vezes encontram-se pessoas “criando dificuldades para vender facilidades”, supervalorizando a tarefa. Na realidade, essa atividade está ao alcance da maioria. Um novo e bom projeto leva no mínimo um mês para ser elaborado e dá muito trabalho, mas não é nada impossível. Um projeto é composto por 5% de inspiração e 95% de transpiração.

Recursos existem, o que falta são boas propostas. Quantas vezes já nos perguntamos porque projetos tecnicamente inferiores conseguem mais recursos, têm maior impacto e visibilidade que os nossos? É fácil entrar em contato com financiadores – o que se diz, no entanto, é determinante para conseguir ou não os recursos necessários.

Hoje é preciso que haja uma mudança no entendimento do que é um projeto. Um livro ou uma tese de mestrado são resultados de um projeto, mas não um projeto em si. Ele é antes de tudo um planejamento e, como toda e qualquer atividade desse tipo, deve responder a três perguntas básicas: *onde estou?*, *onde quero chegar?* e *como chegar lá?*

No passado, eram comuns projetos com mais de cem páginas, que pareciam ter como preocupação mostrar mais o conhecimento do autor que o objetivo em si. Sabe-se que, atualmente, clareza e objetividade são fundamentais na elaboração dos tópicos da proposta.

Instituições utilizam diferentes nomenclaturas para os itens apresentados a seguir; portanto, não nos fixemos em nomes, mas sim nos conceitos por

eles representados. A nomenclatura a ser admitida deve ser aquela solicitada pela instituição que o receberá. Um bom projeto deve conter:

- 1 Instituição
- 2 Justificativa do projeto
- 3 Objetivo geral
- 4 Objetivo específico
- 5 Sub-produtos
- 6 Atividades
- 7 Indicadores
- 8 Fatores de risco e mitigantes
- 9 Metodologia
- 10 Cronograma
- 11 Orçamento

Um projeto também precisa de financiamento

De nada adianta desenvolvermos um projeto novo, perfeito em todos os aspectos, se não encontrarmos um financiador. Escrever um bom projeto é trabalho demorado e caro. Assim, de nada adianta gastar tempo e dinheiro escrevendo um, sem antes saber se existe financiador interessado. Antes de elaborar um projeto com esses 11 tópicos, é imprescindível realizar uma pesquisa com um pré-projeto composto pelos quatro primeiros itens, sendo que serão estimados o custo e a duração que aparecerão na justificativa que será melhor abordada na próxima edição.

Sendo o planejamento uma ação coletiva, a elaboração de projeto deve ser, conseqüentemente, feita em grupo, junto com os beneficiários e parceiros. Nos projetos de sucesso, uma palavra comum é comprometimento, que é ainda maior quando se está implementando o próprio projeto. Ao escrever, deve-se procurar usar uma linguagem adequada à instituição



**Clareza e objetividade
são fundamentais na
elaboração dos tópicos
do projeto**



É preciso dar ao projeto o mesmo tratamento que as empresas dão a seus produtos

que irá recebê-lo, ser objetivo e ressaltar as partes positivas, tais como:

- **Participação dos três setores:** público, privado e sociedade civil. Os projetos mais bem sucedidos no mundo contam com a participação de todos os setores.
- **Auto-sustentabilidade:** sabe-se que nem todos os projetos são auto-sustentáveis, mas, se for o caso, dê o maior destaque possível a tal fato.
- **Credibilidade e experiência da instituição na área:** quem irá executar o projeto é tão ou mais importante quanto o próprio projeto.

Em suma: projeto é planejamento; dessa forma, todas as atividades que envolvem sua elaboração devem ser levantadas, analisadas e suas ações, executadas profissionalmente.

Captação de recursos não é vender um projeto, mas conquistar um parceiro. Não é preciso ser um grande vendedor, e muito menos um bom conquistador, se o projeto for consistente, bem elaborado e apresentado para a pessoa certa, na hora certa. Não existe uma fórmula mágica: deve-se compensar o pouco poder de persuasão com uma boa preparação, sendo que nada deve ficar ao acaso. Existe o fator sorte, totalmente imprevisível – entretanto, quanto maior o preparo, mais sorte se tem.

É fundamental buscar recursos por meio de todas as fontes disponíveis. As agências internacionais, governamentais ou não, disponibilizam para o Brasil milhões de dólares; as fontes de recursos governamentais nacionais são mais conhecidas, mas são muito mais burocráticas em seus trâmites.

A idéia de se colocar um projeto embaixo do braço e sair batendo de porta em porta está sendo substituída por uma atitude mais

profissional. É preciso dar ao projeto o mesmo tratamento que as empresas dão a seus produtos. Pesquisas são fundamentais na captação de recursos para determinar o que apresentar, para quem e quando.

Três são os problemas que estão entre os mais comuns na captação de recursos. O primeiro é o fato de termos por hábito pedir um “dinheirinho”, ou seja, mendigar – quem mendiga consegue “trocado”. Se a procura é por recursos, deve-se propor um investimento que dará retorno também para o investidor. É preciso conhecer o financiador para saber que tipo de retorno ele está buscando: financeiro, imagem, satisfação pessoal, reconhecimento, resultados, entre outros. O segundo obstáculo é usar como argumentação algo comovente e sedutor, esquecendo que queremos conquistar outra pessoa que pode ter interesses e motivações diferentes. A terceira problemática reside em outro hábito: vender miséria ao relatar que a entidade está financeiramente quebrada e que, por exemplo, as crianças atendidas estão passando necessidade e por aí vai. Ninguém quer se juntar ao fracasso, todos querem se unir ao sucesso. Um profissional que represente um agente financiador não vai querer se arriscar patrocinando uma instituição que está prestes a quebrar, pois ele precisa apresentar periodicamente os resultados do investimento que fez. O que conquista é o sucesso, que nos leva ao primeiro tópico de nossa proposta. Quem está apresentando o projeto? Como apresentá-lo?

A instituição

A primeira coisa que se faz ao chegar a um lugar é a apresentação – por isso, o primeiro passo é apresentar nossa instituição. Mas o que dizer? Os financiadores têm interesse em saber sobre a ONG – organização não-governamental, e não sobre sua “ING” – indivíduo não-governamen-

tal! Os financiadores querem conhecer a vida da entidade, e não a vida do fundador.

Tomemos como exemplo a compra de um apartamento: na planta, o que você gostaria de saber sobre a empresa que irá construir o imóvel? É exatamente o que os financiadores têm interesse em saber sobre a instituição, além dos dados cadastrais, juntamente com os certificados recebidos: a missão, que deve conter o objetivo da entidade; a experiência geral e na área do projeto; os programas relevantes executados, que servem para provar a experiência geral e na área mencionada; os parceiros da instituição, evidências de que existem pessoas que acreditam em seu trabalho; os prêmios conquistados, para mostrar que seu trabalho foi reconhecido; a equipe, que qualifica aqueles que atuam na organização; e, o mais importante, o sucesso medido por resultados práticos.

O sucesso é medido pelo número de pacientes curados, pois o número de pacientes atendidos é a experiência. O número de crianças atendidas por uma instituição é a experiência: o que aconteceu com essas crianças após o atendimento é o resultado prático. Se a instituição é nova e ainda não tem resultados para mostrar, evidencie a experiência de sua equipe. Agora, se sua equipe é ainda inexperiente, fica mais difícil, mas não impossível.

Em tempo: tudo deve ser escrito em não mais de **uma página**, com o uso de letra e margens padrão.

No próximo artigo será abordada a **justificativa**. 

Ricardo S. S. Falcão. Gerente da RFalcão Consultoria e Planejamento Ltda. Consultor na área de elaboração, gerenciamento e avaliação de projetos, planejamento, gestão estratégica e captação de recursos, já ministrou cursos de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos na PUC/SP, LAO/SP e Sebrae/RJ, entre outros.

Como fazer um anúncio funcionar

FERNANDO CREDIDIO

Há algum tempo, no Viaduto do Chá, em São Paulo, um deficiente visual costumava pedir esmolas. Todos os dias, um publicitário passava por ele, pela manhã e à noite, e deixava sempre alguns centavos no chapéu do pedinte, que trazia pendurado no pescoço um cartaz com a frase: “Cego de nascimento. Uma esmola, por favor”. Certa manhã, o publicitário teve uma idéia: virou aquele letreiro ao contrário e escreveu outra frase. À noite, no caminho de volta para casa, perguntou ao pobre homem como tinha sido seu dia. Muito contente, o deficiente visual respondeu: “Até parece mentira, mas hoje foi um dia extraordinário. Todos que passavam por mim deixavam algum trocado. Afinal, o que o senhor escreveu no letreiro?”. O profissional de comunicação havia escrito uma frase breve, mas com sentido e carga emotiva suficientes para convencer os passantes a ajudar o cego. A frase era: “Em breve chegará a primavera, e eu não poderei vê-la”.

Essa história demonstra quanto importante é empregar com sabedoria a promoção, o conjunto de atividades, técnicas e meios destinados a incrementar as vendas ou fortalecer positivamente a imagem de determinada marca, evento ou instituição. A promoção é um dos compostos da ferramenta de marketing conhecida como “os quatro pes”: os demais são produto, preço e praça. Da mesma forma como fez o publicitário, ela deve ser empregada de maneira eficaz por

toda organização do Terceiro Setor, para que possa atingir com competência seus objetivos no mercado socioambiental.

Criatividade só não basta

Dentre as formas de se promover determinada causa, o anúncio em jornais e revistas é sem dúvida um dos recursos mais utilizados pelas entidades sociais. Ao se considerar as demais peças gráficas, o anúncio impresso é a “menina dos olhos” dos diretores de arte das agências de propaganda. De modo geral, é o que mais gostam de fazer, pois são vistos como possibilidade poderosa de vitrine e premiações. No entanto, eles nem sempre cumprem suas funções básicas, isto é, informar a respeito da causa e, sobretudo, persuadir os *stakeholders* da organização, sejam eles parceiros, doadores, voluntários ou meramente simpatizantes.

Por que isso acontece? A razão principal é o acelerado crescimento do Terceiro Setor – fato que provoca demanda maior de projetos e de organizações da sociedade civil –, associado ainda à falta de *expertise* de muitos publicitários quando se trata de criar peças enfocando temas socioambientais. O resultado, não raras as vezes, são anúncios pasteurizados, apelativos e que resvalam para a pieguice. Ninguém discute que uma causa deva ser “vendida” de forma emotiva. Isso não quer dizer, todavia, que a linguagem do compadecimento precise ser



“Os anúncios dizem muito mais a respeito da política e da comunidade do que as colunas editoriais”

Henry Ward Beecher



É preciso que o anúncio, além de criatividade e uma boa idéia, denote principalmente credibilidade

empregada. O importante é chamar a atenção do leitor, fazendo com que ele se identifique e se sensibilize com a causa.

Em virtude de o Terceiro Setor “estar na moda”, somos bombardeados diariamente por diversos tipos de comunicação (rádio, *outdoors*, TV, revistas, jornais, internet, cinema, malas diretas e até o “boca-a-boca”), que visam engajar o espectador em alguma causa ou projeto. Por tal razão, é preciso que o anúncio, além de criatividade e uma boa idéia, denote principalmente credibilidade. Assim, ele tem a necessidade de apresentar diferenciais que reforcem o institucional da marca da organização e da causa promovida, agregando valor aos mesmos.

Como atrair a atenção das pessoas

Quando se trata de anúncios impressos, a regra de ouro é lembrar que se tem apenas dois segundos para atrair a atenção do leitor, pois esse é o tempo que as pessoas olham para um anúncio em revista ou jornal. Se ele não for sedutor o bastante para prender a atenção durante esses dois segundos, passará despercebido simplesmente.

É imprescindível, portanto, apresentar algo especial, que faça as pessoas pararem de folhear aleatoriamente uma publicação para prestar atenção a determinado anúncio, ainda mais um institucional, com foco em uma boa causa. Tudo precisa funcionar como uma engre-

nagem: sem uma das partes, não vai funcionar. Por isso, o texto deve ser conciso, marcante, incisivo e de fácil percepção, além de apregoar as qualidades dos serviços prestados pela entidade e as mudanças ocorridas após a implementação de certo projeto.

Escolher uma imagem de grande impacto, relacionada diretamente com a causa, é também fundamental para que o anúncio cumpra seus objetivos. Na maioria das vezes, ela costuma comunicar mais rápido que o próprio texto (90% dos leitores olham primeiro para a figura). No entanto, ao escolher uma imagem, deve-se tomar o cuidado de não optar por uma que tenha duplo sentido, ou que possa associar a instituição e sua causa a um conceito diferente daquele que se deseja transmitir. Para tanto, é aconselhável fugir sempre que possível daquelas oferecidas pelos bancos de imagem, porque elas não costumam retratar a realidade vivida pelo público focado. O ideal é produzir as fotos diretamente na organização ou nas comunidades por ela apoiadas. Além disso, o texto precisa complementar a imagem, e vice-versa.

Engana-se, porém, quem pensa que anúncios produzidos em quatro cores sensibilizam mais que os produzidos em preto e branco. Em geral, os últimos cumprem bem seu papel: em preto e branco, eles despertam a consciência para os problemas sociais por promoverem, subliminarmente, mais dramaticidade.

Outro cuidado é atentar para que o anúncio não somente prenda a atenção das pessoas ou “venda” a causa, mas que reforce a imagem institucional da marca e, sobretudo, comunique uma mensagem positiva a seu respeito, independente das dificuldades pelas quais esteja passando a organização ou o público atendido. Um bom anúncio deve destacar a marca da entidade, fazendo com que ela se integre a seu visual.

Uma dica final: a instituição não deve se preocupar em criar os anúncios (ela deve no máximo passar o *briefing* – dar orientações sobre a linha de um trabalho a ser feito), pois essa não é sua atividade ou especialidade. Para isso, a entidade precisa estabelecer parceria com uma agência de propaganda que, por sua vez, não deve se limitar a produzir o anúncio. Cabe à agência também atuar como intermediadora junto aos veículos de comunicação, no sentido de que esses bonifiquem o espaço publicitário. Afinal, as organizações da sociedade civil obviamente não possuem recursos para anunciar. Em outras palavras, não basta espírito criativo às agências – elas também têm de participar!

Fernando Credidio. Presidente da ONG Parceiros da Vida, coordena a disciplina Estratégias de Comunicação para o Marketing Cultural e a Cidadania Corporativa do curso MBC da Faculdade Casper Líbero e Universidade da Flórida.



Grupo Arilton Portella

www.ara-atualiza.com

- ◆ Contabilidade entidades do 3º setor
- ◆ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ◆ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 – Vista Alegre
Curitiba – Paraná CEP 80820-580

Fone (41) 335-3437

Fax (41) 336-2814

Balanço social

bom para o empresariado, melhor ainda para a sociedade

CIRO TORRES
ciro@ibase.br

Nos últimos anos, tem sido possível notar o aumento do interesse do empresariado brasileiro em relação aos cuidados com a comunidade em que a empresa está inserida, com o meio ambiente e com o próprio corpo funcional. Além do caráter ético e humano, essas relações tornaram-se uma questão estratégica e de sobrevivência corporativa.

Boa parte dos empresários já despertou – e outra parte ainda está despertando – para o fato de que auferir grandes lucros à custa da saúde física e mental das pessoas que empregam, da destruição do meio ambiente e do desprezo por uma parcela considerável da população pode gerar prejuízos a longo prazo para a própria corporação e para a sociedade em geral.

O empresário que trata a sociedade com negligência, virando as costas para os problemas econômicos e sociais a sua volta, pode pagar caro por isso. Um bom exemplo é a questão da violência. Basta lembrarmos dos altíssimos investimentos em segurança e proteção, tanto pessoal quanto patrimonial, que são gerados diretamente pelo crescimento dos índices da violência e criminalidade.

No mesmo sentido, para citar outro exemplo, é na perversa relação entre a fome, a miséria e a má distribuição de renda, acrescida de excessiva ignorância e analfabetismo, que se engendra um mercado consumidor restrito, que exclui enorme quantidade de potenciais consumidores. Os resultados nefastos, tanto para os governos quanto para as empresas, todo mundo já conhece.

Os investimentos na própria empresa também são fundamentais para a sobrevivência no mundo atual. Quem não investe na educação e no progresso de seus funcionários e não está atento à saúde e alimentação de toda a equipe (ao pagar baixos salários e exigir longas jornadas de trabalho) só vai colher baixa produtividade, pouco compromisso e

dedicação insignificante. Ainda: o desperdício de materiais, de recursos e matérias-primas é certo, assim como o aumento de faltas e da rotatividade de mão-de-obra, o que acaba por comprometer, obviamente, a qualidade dos produtos e serviços, desperdiçando treinamento, investimento e formação. Leia-se tempo e dinheiro.

Outro fator preponderante na responsabilidade social das empresas é a questão do meio ambiente. Além da destruição da vida natural e da deterioração da qualidade de vida da própria comunidade, que envolve uma questão moral, existe o problema dos gastos. Na mesma medida em que a destruição do meio ambiente traz o ônus das multas e dos processos por crimes ambientais, a fiscalização e a intervenção por parte do poder público e da comunidade em si podem gerar altas despesas em período muito curto de tempo. Isso significa que, para determinado empreendimento não ser interrompido por medida legal na produção de bens e serviços, é importante o contínuo investimento em meio ambiente.

Mais um ponto a se considerar na questão é que uma parte da sociedade civil – ainda pequena, devemos reconhecer – está cada vez mais exigente: atenta aos acontecimentos e preocupada com o futuro do planeta, não quer consumir produtos e objetos produzidos a partir da degradação do meio ambiente, que utilizem matérias-primas poluidoras ou nocivas à saúde.

Cartas na mesa

Essa mesma sociedade está igualmente atenta a abusos e discriminações praticados em seu âmbito e tolera cada vez menos bens de consumo produzidos por empresas relacionadas com casos de racismo, discriminação ou preconceito. Também vale para abusos ou discriminação em relação às mulheres, às pessoas com deficiência, à exploração de mão-de-obra

Esse modelo (de leitura imediato, simples e objetivo) já existe e serve para avaliar o desempenho da empresa na área social ao longo dos anos



infantil ou trabalho escravo, além de falta de liberdade associativa e sindical.

Em um mundo globalizado, ocultar erros de tal tipo vem se tornando tarefa no mínimo árdua para o empresariado. Mais que nunca, é preciso mostrar qual a relação que a empresa tem, ou não, com seu público. É necessário divulgar com transparência e dar ênfase à ética e à responsabilidade social. A publicação do balanço social anualmente torna-se, nesse contexto, ferramenta vital para garantir, e manter, uma boa relação sociedade-empresariado.

A função principal do balanço social é tornar pública a responsabilidade social da empresa, ao avaliar e mensurar ações práticas, demonstrar indicadores e permitir uma comparação no tempo. Faz parte do processo pôr as cartas na mesa e expor, com transparência, as ações da empresa na área social para o público em geral, ao atento mercado consumidor e a acionistas e investidores.

Se forem consideradas as poucas linhas que algumas empresas dedicam à questão social em seus balanços patrimoniais e os luxuosos modelos próprios de balanço social que estão surgindo, torna-se essencial o uso de um modelo único, de leitura imediata, simples e objetivo. Esse modelo já existe e serve para avaliar o desempenho da empresa na área social ao longo dos anos e ainda para comparar uma com outra. Empresa que cumpre seu papel social atrai mais clientela e está investindo na comunidade e no próprio futuro. E mais: tem o direito, antes do dever, de dar publicidade a suas ações. No entanto, sua propagação será gradualmente mais honesta e verdadeira na justa medida em que utilizar parâmetros iguais e permitir comparações por parte dos consumidores, investidores e da sociedade em geral.

Foi o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que, em 1997, começou a enfatizar a importância dessa ferramenta. Desde então,

a idéia é defendida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), que vem chamando a atenção para a fundamental necessidade da realização do balanço social em um modelo único e simples. Tal modelo foi desenvolvido pelo Ibase em parceria com representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com setores da própria sociedade. Hoje, cerca de 200 médias e grandes empresas utilizam o modelo Ibase de Balanço Social, que consta nas páginas seguintes.

Cabe ressaltar que, se o custo de publicar um balanço social no modelo Ibase é bem próximo a zero, a decisão passa para a esfera do empenho político e do compromisso que cada empresa tem com a sociedade e com a transparência.

Por todos esses motivos e por acreditar que a parceria entre empresariado, governo e sociedade pode transformar a realidade, é que o Ibase criou e mantém uma página na internet voltada a tal tema. No espaço virtual, milhares de pessoas têm consultado textos, referências e informações sobre responsabilidade social das empresas e balanço social nos últimos anos. Os balanços que utilizam o modelo do instituto também têm como ser consultados diretamente no endereço eletrônico, por nome e ano de realização.

Diversas empresas e organizações sociais comprometidas com a construção de uma sociedade mais digna e justa têm participado desse movimento – a despeito da tentativa, geralmente frustrada, de pessoas e corporações oportunistas que querem se beneficiar com a iniciativa. Chegou o momento de cada empresa, instituição filantrópica e organização de cidadania ativa cumprir sua responsabilidade social, com ética e transparência antes de tudo. Como na parábola do beija-flor e o incêndio na floresta, está na hora de cada um fazer verdadeiramente sua parte. ☺

**A publicação
do balanço
social anualmente
torna-se ferramenta
vital para garantir, e
manter, uma boa relação
sociedade-empresariado**

Balanço Social

 www.balancosocial.org.br

Ibase

 www.ibase.br

Ciro Torres. Mestre em Ciência Política, professor da PUC-Rio, pesquisador e responsável pelo projeto Balanço Social das Empresas no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Balanco Social/2003



1. Base de cálculo	2003 Valor (em R\$)			2002 Valor (em R\$)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2. Indicadores sociais internos	Valor (em R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (em R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e medicina no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3. Indicadores sociais externos	Valor (em R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (em R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e bem-estar						
Esporte						
Comércio eletrônico e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tricomas (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4. Indicadores ambientais	Valor (em R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (em R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento da metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	☐ não estabeleceu metas ☐ cumprimento 51 a 75% ☐ cumprimento 0 a 50% ☐ cumprimento 76 a 100%		☐ não estabeleceu metas ☐ cumprimento 51 a 75% ☐ cumprimento 0 a 50% ☐ cumprimento 76 a 100%			
5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 40 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2003			Médias 2001		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais e desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	☐ Direção e gerência	☐ Direção e gerência	☐ Indicação empregados(as)	☐ Direção e gerência	☐ Direção e gerência	☐ Indicação empregados(as)
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	☐ Direção e gerência	☐ Indicação empregados(as)	☐ Indicação + CIPA	☐ Direção e gerência	☐ Indicação empregados(as)	☐ Indicação + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de representação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	☐ Não se aplica	☐ Não se aplica ao COT	☐ Não se aplica ao COT	☐ Não se aplica	☐ Não se aplica ao COT	☐ Não se aplica ao COT
A previdência privada contempla:	☐ Direção e gerência	☐ Indicação empregados(as)	☐ Indicação empregados(as)	☐ Direção e gerência	☐ Indicação empregados(as)	☐ Indicação empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	☐ Direção e gerência	☐ Indicação empregados(as)	☐ Indicação empregados(as)	☐ Direção e gerência	☐ Indicação empregados(as)	☐ Indicação empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	☐ Não se aplica	☐ Não se aplica	☐ Não se aplica	☐ Não se aplica	☐ Não se aplica	☐ Não se aplica
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	☐ Não se aplica	☐ Não se aplica	☐ Não se aplica	☐ Não se aplica	☐ Não se aplica	☐ Não se aplica
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	na empresa	na Filial	na loja	na empresa	na Filial	na loja
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa %	na Filial %	na loja %	na empresa %	na Filial %	na loja %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2002			Em 2001		
Distribuição do Valor Adicionado (VIA):	____% governo ____% colaboradores(as) ____% acionistas ____% terceiros ____% outros			____% governo ____% acionistas ____% acionistas ____% terceiros ____% outros		

Instruções para o preenchimento

Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa
	Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários
		A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papelaria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: www.balancosocial.org.br RESTRIÇÕES: o Selo Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro/fumo/tabaco, armas de fogo/munições, bebidas alcoólicas ou que estejam comprovadamente envolvidas com exploração de trabalho infantil e/ou qualquer forma de trabalho forçado
Base de cálculo		Itens incluídos
	Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
	Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais
	Folha de pagamento bruta	Valor total da folha de pagamento
Indicadores sociais internos		
	Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as)
	Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes
	Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as)
	Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
	Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
	Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as)
	Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as)
	Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
	Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados
Indicadores sociais externos		
	Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados. Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). No entanto podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente
	Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
Indicadores ambientais		
	Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluente, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
	Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
	Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)
Indicadores do corpo funcional		
	Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS)
Informações relevantes		
	Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor
	Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
	Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)
	Valor adicionado	Mais informações: www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=9&sid=13
Outras informações		

Este espaço está disponível para que a empresa agregue outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência

causa ou dinheiro?

A captação de recursos e suas variações pelo mundo

CUSTODIO PEREIRA



DIVULGAÇÃO

Em 23 de março de 2003 aconteceu o encontro do primeiro grupo internacional – International Fundraising Summit – formado por 23 representantes de 19 países, sendo eles: Nova Zelândia, Ucrânia, Holanda, Reino Unido, Suíça, Irlanda, Índia, França, Argentina, Chile, Alemanha, Austrália, Itália, EUA, Brasil, Dinamarca, Suécia, Hungria e Noruega. A reunião teve por objetivos conhecer e discutir os códigos de ética em vigor nesses países, e criar um Código Universal de Ética em Captação de Recursos.

O evento foi patrocinado pela AFP (Association of Fundraising Professionals), com o relevante apoio do professor Gene Temple, da Indiana Fundraising School.

Os códigos de ética foram comparados nos pontos em que convergiam ou divergiam entre si. Mesmo entre as nações desenvolvidas, os estágios de maturidade deles são bem diferentes, por causa da cultura específica de cada região na prática profissional de arrecadar recursos.

Um dos temas tradicionalmente polêmicos é o comissionamento, ou seja, o ato de receber uma porcentagem sobre o valor captado. Em tal assunto, o fator comum entre os países que participaram do encontro é que todos proibem a remuneração baseada em porcentagem dos fundos recebidos.

Por incrível que pareça, esse ponto é de consenso nos códigos de ética, apesar de ser o mais discutido em todo o mundo, inclusive no Brasil. A diretoria da ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos – organizou diversas reuniões para discutir se a associação deveria ou não aceitar que o captador recebesse comissão por seu trabalho.

Se a intenção é fortalecer o Terceiro Setor, precisa-se estimular o aperfeiçoamento e o fortalecimento do captador, assim como sua profissionalização. Causas poderão ser melhor atendidas se a instituição tiver mais recursos e, para isso, é necessário ter pessoas competentes, treinadas e eticamente envolvidas com a missão. O captador é um executivo como qualquer outro profissional, que tem o salário fixado pelo mercado.

O argumento usado principalmente pelas instituições de pequeno e médio porte sempre

é: como vou pagar o profissional se não tenho recursos? Isto é, “nada mais justo que a remuneração por comissionamento”, quando todos “ganham”. Com tal raciocínio, essas instituições têm como “contratar” o executivo de captação de recursos. O comissionamento encoraja o abuso, pois passa a ser um fim em si mesmo: captar mais, para receber mais.

O captador como funcionário assalariado, assim como os demais na instituição, terá maior ligação com a causa e com a própria entidade. Uma análise a se fazer: se o doador souber que parte de sua contribuição irá para o intermediário, ele não concordará em ajudar; no entanto, o doador concordará em auxiliar se souber que a organização precisa pagar os salários das enfermeiras, do contador etc. Muitas vezes a comissão é alta, pois é oferecida infra-estrutura de telefone e de pessoas.

O tema certamente não é fácil. O assunto é constantemente levantado e discutido inclusive nas culturas que já possuem o próprio código de ética.

Há mais de 100 anos, os americanos aprenderam que é possível conseguir mais fundos, maior envolvimento e credibilidade ao se pagar salários, em vez de comissões. Mesmo com essa tradição, a Suprema Corte dos Estados Unidos teve de julgar recentemente o caso *Madigan x Telemarketing Associates*, um exemplo do uso de comissionamento na captação. No caso, a comissão cobrada era de 85%, sobrando no máximo 15% para a causa. Provavelmente, se o doador soubesse, não teria doado um centavo sequer.

É evidente que o Brasil, que está engatinhando no aprendizado da captação de recursos profissionalizada e ética, enfrentará dificuldades ainda maiores por causa da cultura e do hábito.

Vale repetir que todos os países que já possuem os respectivos códigos de ética, apesar da polêmica e das “tentativas”, mantêm firme sua discordância em relação à remuneração comissionada.

Não existe uma resposta definitiva para esse debate, que merece contínua atenção e análise experimental. Assim, não se corre o risco de perder o verdadeiro sentido da arrecadação de meios: auxiliar aqueles que realmente precisam de ajuda.

É preciso estimular o aperfeiçoamento e o fortalecimento do captador, assim como sua profissionalização

Custodio Pereira. Presidente e diretor do Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Direito das Organizações Religiosas

Adequação das instituições religiosas às alterações do Novo Código Civil

SERGIO ROBERTO MONELLO

As organizações religiosas passaram por um período difícil em relação a sua tipificação jurídica. Isso porque, na redação original do Novo Código Civil, não havia nada específico referente a elas.

Antes de tocar nesse assunto, contudo, deve-se explicar primeiro o que são exatamente organizações religiosas ou entidades confessionais. O que as caracteriza é a profissão e vivência de fé, por meio de ações religiosas, pastorais e assistenciais, coordenadas por seus ministros sagrados e pelo próprio povo de Deus. Costuma-se usar apenas a expressão “Igreja”, que dá um sentido restrito ao que realmente pode ser uma entidade confessional¹, cuja perspectiva é uma ideologia e filosofia de vida.

Nos séculos XIX e XX constituíram-se inúmeras entidades confessionais no Brasil que desenvolviam serviços nas áreas educacional, assistencial e de saúde. Eram consideradas expressiva fonte geradora de empregos. Com o advento do Novo Código Civil, as entidades confessionais foram obrigadas a se tipificarem quanto a sua natureza civil como “associações” (exceto aquelas que se constituíram em fundações).

As organizações religiosas se fundamentavam em direito “religioso” ou “confessional” próprio. Como esse direito não combinava com as exigências do novo código, as confessionais tiveram de seguir as regras das associações civis. Porém, as exigências atribuídas às associações não se enquadravam no perfil das organizações religiosas que, para se adequarem às novas condições estatutárias, precisaram renunciar à própria natureza religiosa, a sua modalidade organizativa e até à própria essência para se encaixarem a uma realidade civil que não

era a sua. O código poderia ter disciplinado dois tipos de associações, diferenciando uma delas como sendo religiosa. No entanto, uma alteração na lei² fez com que essa lacuna fosse corrigida.

A Igreja Católica Apostólica Romana já possuía o reconhecimento de sua personalidade jurídica como organização religiosa desde 1890³ e seu Direito Canônico é reconhecido como norma de funcionamento. É importante frisar que o inciso incluído no art. 44 do Código Civil faz menção a organizações religiosas em geral, posto que em muitos pareceres e interpretações se tem a impressão de que se referem tão somente às igrejas católicas.

Alterações

A mudança no Novo Código Civil coloca em prática as normas constitucionais que garantem o direito das pessoas de se associarem como pessoas jurídicas de direito privado em organizações religiosas das quais fazem parte. Com o novo inciso e parágrafo, fica vedado qualquer impedimento quanto à organização, estruturação interna e funcionamento das entidades confessionais. Desde que suas finalidades constitutivas não sejam proibidas, o poder público não pode negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários a seu funcionamento, fazendo com que elas possam ser organizadas segundo próprios preceitos e direitos.

Outras entidades, como ordens religiosas, congregações, institutos de vida consagrada, institutos de vida apostólica, podem também ter seu direito próprio reconhecido pelo Estado, com a possibilidade de registrar suas regras e constituições (e outros documentos religiosos) em





As entidades têm a liberdade de se adequar à natureza civil que seu tipo de pessoa jurídica de direito privado requer



cartório, funcionando esses na esfera civil como se fossem regimentos ou regulamentos.

Regimento elou regulamento

O Estatuto Social⁴ é, na esfera civil, a lei maior no âmbito das entidades, além de ser subordinado à Constituição Federal. Portanto, o direito próprio que regula a vida das organizações religiosas é um subsídio primordial à elaboração de seu estatuto. Nada impede que todo o conteúdo desse direito possa ser assumido estatutariamente, assim como seus princípios podem ser efetivamente assumidos para efeitos civis. A organização também tem como ser declarada de Utilidade Pública e portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas) devido à sua natureza, caráter e finalidades.

O Estado tem a obrigação de apoiar todas as atividades voltadas ao bem comum e de interesse e promoção da coletividade, mas não pode subvencionar o “culto”. De acordo com o código, as entidades têm a liberdade de se adequar à natureza civil que o seu tipo de pessoa jurídica de direito privado requer. A opção ao tipo de pessoa jurídica é uma forma de transparência de natureza civil, por se tratar de entidade que não possui caráter econômico nem fins lucrativos.

Ponto de vista tributário

As organizações religiosas são entidades isentas de impostos e contribuições para a seguridade social. Para fins tributários, as entidades beneficentes de assistência social estão subordinadas ao cumprimento das obrigações contidas no CTN (Código Tributário Nacional)⁵.

Assim, fica claro que a tipificação da entidade confessional como organização religiosa não interfere na condição tributária.

Os ministérios da Justiça e da Fazenda, a Secretaria da Receita Federal, o Conselho Municipal de Assistência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social deverão se manifestar sobre a adequação das entidades confessionais como organização religiosa em vista das certificações e imunidades.

O título de Utilidade Pública e a concessão do registro e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas) não estão estritamente vinculados ao tipo de pessoa jurídica de direito privado, e sim às ações sociais e concessão de gratuidades às pessoas carentes.

Um decreto que existe desde 1890⁶, revogado em 2002⁷, já reconhecia a personalidade jurídica das instituições religiosas. Em outras palavras, as alterações do Novo Código Civil só vieram reforçar o que já era reconhecido desde os primórdios da República.

É importante salientar que o direito religioso ou confessional terá toda validade e plenitude em território nacional, desde que não fira normas do Direito Brasileiro. As organizações religiosas têm sua proteção no artigo 5º, incisos XVII a XXI da Constituição Federal. 

Sergio Roberto Monello. Advogado e contabilista, sócio diretor do Escritório Contábil Dom Bosco

1: INCISO III DO ART. 20 DA LEI Nº 9.394, DE 20/12/1996

2: INCISO IV E § 1º DA LEI Nº 10.825/2003

3: DECRETO Nº 119-A DE 07/12/1890

4: O ESTATUTO SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS DEVE ATENDER AO ARTIGO 46 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

5: ART. 14 DO CTN

6: DECRETO Nº 119-A, DE 07/01/1890

7: DECRETO Nº 4.496, DE 04/12/2002

A cor da discriminação

Pesquisa mostra diminuição do racismo no Brasil. Mas o movimento negro aponta maior urgência na implementação de políticas que acabem com a desigualdade entre negros e brancos



ZEPPELINI IMAGEM

Dia 3 de fevereiro de 2004, São Paulo, Brasil. Um homem é abordado por cinco policiais militares e um comerciante que procuram um assaltante. Durante a ação, ele acaba sendo morto com dois tiros. Porém, depois de ver o corpo, o comerciante reconhece o erro. Não se tratava do tal ladrão. Era um dentista recém-formado, que mal teve chance de defesa. Chamava-se Flávio Ferreira Sant'Ana, tinha 28 anos e era negro.

Este crime que revoltou o país trouxe à tona dois fatos frequentes há anos, que merecem atenção urgente e mais séria do setor público. O primeiro é a barbárie no número de assassinatos deliberados a suspeitos cometidos por policiais, principalmente militares. O outro é a arbitrariedade com que eles abordam pessoas negras como se todas fossem marginais. Ou seja, um indício claro das condições preconceituosas em que vivem negros e negras no Brasil.

Mais que isso, o assassinato do dentista mostra outro agravante: o total descaso dos policiais com a vida humana e a ética na tentativa de forjar provas contra o rapaz, deixando junto ao corpo a carteira de Antônio Alves dos Anjos – o comerciante assaltado – e uma arma.

Com o resultado da perícia e a mudança no depoimento de Alves, a farsa foi descoberta e os policiais foram presos, incluindo um sexto membro que ameaçou o comerciante para que confirmasse a dissimulação.

Inconformado, o pai de Flávio já alertava sobre a possibilidade de crime de racismo quando foi visitado pelo comandante-geral da PM, o coronel Alberto Silveira Rodrigues. Na ocasião, Jonas Sant'Ana, policial militar da reserva disse que os policiais certamente não teriam atirado no filho se ele fosse branco.

Tal suspeita ainda foi fortalecida com a afirmação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de que haveria evidências de preconceito racial na morte do rapaz. O caso ainda está sendo averiguado.

Em Brasília, outra ocorrência de racismo veio a público com os constrangimentos sofridos em um restaurante por seis mulheres negras representantes de governos e ONGs – entre elas uma ministra de Moçambique.

“Episódios inadmissíveis como esses ilustram o que enfrentam diariamente negros e negras vítimas do preconceito e da discriminação racial em todo o país”, declarou Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil, em nota de repúdio.

Pesquisa comprova discriminação

Com o intuito de investigar mais a fundo essa temática, a Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Instituto Rosa Luxemburgo, da Alemanha, realizou a pesquisa “Discriminação Racial e Preconceito de Cor no Brasil”, feita com 5.003 pessoas com mais de 16 anos de idade.

Ela revela, por exemplo, que 51% dos negros declararam já ter sofrido discriminação por parte da polícia. Entre as pessoas que se declararam da cor branca, esse número cai para 15%.

A avaliação foi feita em 266 municípios, incluindo todas as capitais, áreas urbanas e rurais, e 834 setores censitários, abordando quesitos institucionais como polícia, escola, trabalho, saúde e lazer, sendo que o índice de

discriminação por parte da polícia é o maior de todos.

Das pessoas que se sentiram discriminadas (brancos, negros, pardos e indígenas), 69% acusam a Polícia Militar e 23% a Polícia Civil. A cor de quem discriminou, na média da pesquisa, é de brancos (62%), sendo que 78% dos negros foram discriminados por brancos e 12% dos brancos se sentiram discriminados por policiais negros.

Os estudos mostram ainda que o local apontado como principal ponto de discriminação são as ruas (60%). A grande maioria dos brasileiros não toma medidas para punir as discriminações sofridas (78%).

A segunda instituição de maior discriminação dos negros é o trabalho (18%), enquanto a educação tem um índice de 14%. Quando o assunto é lazer, os brancos sofrem menos de um quarto de discriminação em relação aos negros (2% e 9% respectivamente). Já na saúde, os brancos sofrem 1% de discriminação e os negros, 6%.

Apesar da pesquisa apontar aumento no número de pessoas que dizem não ter preconceito racial (de 88%, em 1995, para 96%, em 2003), ainda é alta a porcentagem de quem manifesta alguma posição racista, ou seja, 74%.

O coordenador da pesquisa, Gustavo Venturi, concorda que esse dado coloca em dúvida se houve uma mudança verdadeira na atitude das pessoas ou se apenas se trata de um discurso politicamente correto.

De qualquer forma, ele acredita que a diminuição do preconceito pode ser fruto de mudanças de comportamento por parte da mídia e do mercado, e da intervenção dos movimentos negros e de mulheres.

A participação de organizações sociais, por exemplo, é o que permitiu “a revisão das diretrizes educacionais do MEC, que passaram a explicitar que os livros didáticos não poderiam trazer conteúdos preconceituosos, submetendo-os, desde então, ao crivo de analistas comprometidos”, diz.

Ele também acredita que a retórica politicamente correta tem contribuído para coibir manifestações mais claras de racismo, mostrando que a sociedade está mais atenta e que as pessoas preconceituosas se sentem mais acuadas. “O preconceito se reproduz em escala menor quando há o cerco social”, afirma Venturi.

Políticas públicas precisam avançar

Apesar de os resultados parecerem satisfatórios, os grupos que lutam pela erradicação da discriminação racial no Brasil acreditam que ainda há muito que fazer.

Isso ficou claro durante as manifestações realizadas em 21 de março, Dia Internacional de Luta contra Discriminação Racial. Em São Paulo, por exemplo, cerca de 2.500 pessoas par-

A diminuição do preconceito pode ser fruto de mudanças de comportamento por parte da mídia e do mercado, e da intervenção dos movimentos negros e de mulheres





ticiparam de uma marcha contra a impunidade, a violência policial e o racismo, lembrando a morte do dentista negro. Organizada pela Frente Parlamentar pela Igualdade Racial da Assembléia Legislativa de São Paulo, a passeata foi finalizada com a entrega de uma carta ao Comando Geral da Polícia Militar exigindo medidas de proteção contra práticas racistas. O documento também pedia a implementação do que se confirmam hoje as chamadas ações afirmativas. Entre elas, dois projetos de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS): um que prevê pena mais dura para crimes de racismo, e outro que disciplina a prática da revista pessoal feita por policiais, ao obrigar a justificativa por escrito da suspeita.

Durante o ato, Hédio Silva Jr., presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP e especialista na legislação de combate ao racismo, citou outra proposta: a introdução de um curso de tutela penal da igualdade racial no currículo dos PMs, o que pode trazer mudanças significativas contra a violência racial cometida por policiais.

Desigualdade entre negros e brancos ainda é alta

Em 1965, nos Estados Unidos, o presidente Lyndon Johnson decretou que as empresas contratadas pelo Estado deveriam se empenhar para empregar negros. Essa medida foi tomada com base na idéia de que a desigualdade entre brancos e negros naquele país era tão alta que se fazia necessária a intervenção do governo.

Esse é um exemplo do que se convencionou chamar de ação afirmativa, que objetiva dar melhores oportunidades aos negros para estimular a igualdade com o branco.

No Brasil, as pesquisas novamente identificam enormes diferenças quando o assunto é raça.

Uma delas, feita pelo IBGE, baseada em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2001 revela que a desigualdade por cor é mais forte do que aquela que distancia homens de mulheres.

Em relação ao rendimento, homens negros e pardos ganhavam, em 2001, 30% a menos que as mulheres brancas. No geral, a população ocupada negra e parda teve rendimento em torno de 50% em comparação com os brancos: os negros ganhavam em média 2,2 salários mínimos mensais; já a média para os brancos era de 4,5 mínimos.

Do total de pessoas que faziam parte do 1% mais rico da população, 88% eram de cor branca, enquanto entre os 10% mais pobres quase 70% se declararam de cor negra ou parda.

No ano passado, o economista Marcelo Paixão, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), divulgou análise que mostra que a taxa de pobreza entre negros é 48,99% mais alta que entre brancos nas áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Além disso, 44,4% dos negros, equivalente a 5 milhões de pessoas, estão abaixo da linha de pobreza nessas regiões.

Somente em São Paulo, os dados são ainda piores: 52,9% dos negros são pobres, isto é, vivem com menos de R\$ 176,29 mensais. A taxa é de 30,9% para os brancos. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, a pobreza afeta 42,3% dos negros e 23,5% dos brancos. São pessoas que vivem com menos de R\$ 135,02.

Para obter tais resultados, ele usou dados do Censo 2000 feito pelo IBGE, tendo contabilizado como negros, ou afro-descendentes, a soma dos grupos que o IBGE classifica como negros e pardos.

Depois aplicou a metodologia mais usada no Brasil para definir pobreza, a do Ipea (Insti-

DISCRIMINAÇÃO

Índice de discriminação da polícia é o maior de todas as instituições analisadas. Formas de abordagem policial variam de acordo com a cor da pessoa

Foram tratados com grosseria e ofensas

Negros	18%
Brancos	12%

Foram tratados com gozações ou ironia

Negros	13%
Brancos	10%

Foram forçados a assumir coisas que não tinha feito

Indígenas	7%
Negros	4%
Brancos	2%

FONTE: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO E INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO

“Negros e negras não são discriminados porque são pobres, mas são pobres porque são discriminados”

Maria Aparecida Bento, diretora do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (Ceert)



tuto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), que classifica como pobres 33,64% da população brasileira, cerca de 57 milhões de pessoas.

Com esses dados, a titular da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade, Matilde Ribeiro, reconheceu a concentração de pobreza entre negros e mulheres no Brasil e defendeu a utilização, em todas as políticas sociais, de mecanismos de combate à desigualdade racial. Um exemplo seria a existência de cotas, principalmente nas áreas de educação e trabalho.

Cotas para negros

A implementação de uma medida que prevê vagas em universidades para negros e

afro-descendentes é uma das ações afirmativas que tem gerado polêmica no Brasil.

Atualmente, o ministro da Educação, Társo Genro, está analisando a adoção dessa política nas universidades federais. Para tanto, o governo Lula deve criar uma medida provisória sobre o assunto, que também trata da possibilidade de tal ação ser alvo de ações na Justiça.

Segundo o ministro, o sistema de cotas só terá uma regulamentação clara e definitiva após os tribunais superiores fixarem jurisprudência – conjunto de decisões semelhantes tomadas pelo Judiciário – sobre o tema. A ideia é finalizar em outubro ou novembro uma proposta para ser encaminhada ao Congresso.

A reserva de um percentual mínimo para as cotas será definida pela MP. Já as faculdades é que deverão decidir como preencher as vagas.

A Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, pronunciou-se dizendo que vai reservar 20% de suas vagas para negros no vestibular de julho.

Na pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo, foi observado um crescimento de pessoas a favor das cotas. Segundo ela, o resultado passou de uma população que estava dividida (48% a favor e 49% contra, em 95) para uma população francamente favorável às cotas (59% a 36% em 2003). Já sobre as cotas no campo de trabalho, 52% são a favor e 40% contra.

OBRA TRAZ ANÁLISES RECENTES SOBRE RACISMO

Outros caminhos são apontados para o fim do racismo e da desigualdade entre as raças. Eles foram elaborados por 11 autores negros, empreendedores sociais da Ashoka, ligados às questões raciais no Brasil, com enfoque para a cultura, educação, política e situação socioeconômica.

Os textos estão reunidos no livro *Racismos Contemporâneos* (216 págs., distribuição gratuita) que reflete o pensamento de lideranças do movimento negro sobre a situação afro-brasileira.

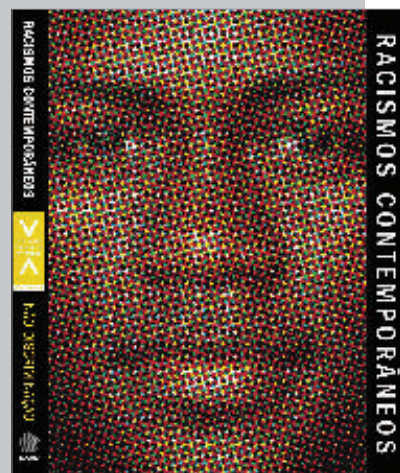
A obra foi lançada ano passado, junto ao Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, e é uma realização conjunta da Takano Cidadania com a Ashoka Empreendedores Sociais e inaugura a série Valores, com o tema *Não Discriminação*, da Coleção Valores e Atitudes.

Um dos capítulos é escrito por Maria Aparecida Bento, diretora do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (Ceert), que lembra que negros e negras representavam, em 99, 45% da população brasileira, mas correspondiam a 64% da população pobre e a 69% da população indigente. Os dados são do economista Ricardo Henriques, que também escreve na obra.

Em *A Cor do Silêncio*, Maria Aparecida apresenta diversos dados que mostram a dura realidade dos negros brasileiros, na educação, analfabetismo, na qualidade de vida.

A partir disso, critica o programa Fome Zero, dizendo que faltam mais ações em favor da população negra, já que é a que merece atenção especial. “A questão das relações raciais se encontra praticamente invisível nas diferentes dimensões do Fome Zero”, diz.

Ela defende que o combate à pobreza também deve considerar o fim da discriminação. “Negros e negras não são discriminados porque são pobres, mas são pobres porque são discriminados. Se o próprio texto do programa nos revela que a pobreza tem como ingrediente principal as desigualdades, um recorte racial na política de segurança alimentar representa um passo fundamental para o equacionamento da problemática das seculares desigualdades raciais brasileiras”, diz.



“Os que defendem as cotas as vêem como alternativa para enfrentar as desigualdades de oportunidades entre brancos e negros. E os que argumentam em contrário afirmam que, por sermos iguais, todos devemos ter os mesmos direitos e os negros não têm de ser tratados de forma diferente”, conclui o coordenador da pesquisa.

Gustavo Venturi também diz que quem se mostra favorável às cotas sabe que essa diferença não vai se corrigir com políticas genéricas e universalistas como as que vigoram há 115 anos, desde a abolição da escravidão.

“De fato, mais de um século de igualdade formal não garantiu que chegássemos sequer a 5% de negros nas universidades, ou em postos de poder político e econômico, sendo que os afro-descendentes representam cerca de metade da população brasileira”, afirma.

Estatuto da Igualdade Racial

Outro projeto em andamento, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), elaborado sob a coordenação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), deve reforçar o sistema de cotas. Além de estabelecer percentuais para contratação de negros nos órgãos públicos, o Estatuto da Igualdade Racial altera o Código Penal para assegurar uma punição mais dura para os crimes de racismo.

A novidade é que o documento prevê que atos racistas passarão a ser passíveis de punição por ação penal pública, ajuizada pelo Ministério Público e sem prazo para prescrição.

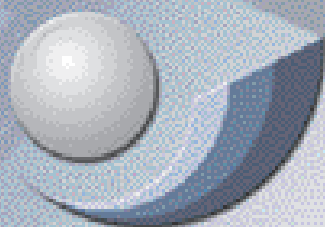
Hoje, apesar de considerado crime, o racismo tem prazo de apenas seis meses. Além disso, raramente o ofensor vai parar na cadeia, pois a ação está no âmbito do direito privado e só pode ser de iniciativa do ofendido.

O texto, que está sofrendo alterações, pretende ampliar a abrangência do Estatuto, passando a beneficiar não só afro-descendentes, mas “todos os grupos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância”.

O estatuto promove, entre outros pontos, políticas públicas de ação afirmativa, como cota mínima de 20% para a presença de negros nos cursos de graduação das universidades federais, contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e no funcionalismo público de todos os níveis de governo. O critério para definição da afro-descendência é a autodeclaração. Para o Movimento Negro Unificado (MNU), ainda falta garantir orçamento para a implantação das políticas públicas propostas no Estatuto. As verbas viriam do Fundo de Reparação. Se aprovado, o Estatuto garantirá a presença de negros em 20% do elenco das produções televisivas, incluindo filmes, novelas, anúncios publicitários e demais programas.



Filantropia? Conte com a gente.



Visite nosso website:
www.tsa.com.br

e tire suas dúvidas através do SOS Filantropia

Somos uma empresa especializada em auditoria, consultoria, assessoria e sistemas voltados a entidades filantrópicas (hospitais e escolas), com experiência em mais de 200 estabelecimentos em todo o Brasil. Sob a responsabilidade técnica do Contador Nilton Antônio Tiellet Borges, com registro na CVM, conquistamos, ao longo dos últimos 14 anos, qualidade e eficiência, aliadas ao profissionalismo sério e dinâmico. Com uma equipe de profissionais competentes neste segmento, a TSA está preparada para proporcionar à sua Entidade a tranquilidade de ter realizado um ótimo investimento.

Tiellet, Schmitt & Associados
CONTABILIDADE E SISTEMAS

Fortalecimento do apoio à criança e ao adolescente

A empresa de telefonia Telemig Celular atua em prol dos conselhos de Minas Gerais

THAÍS MENDES

A Telemig Celular, renomada empresa de telefonia móvel no Estado de Minas Gerais, atende mais de 2,2 milhões de clientes, com cobertura em mais de 430 localidades. A responsabilidade social e a cidadania também são características marcantes de todo esse potencial corporativo.

Dessa forma, foi fundado o Instituto Telemig Celular, que nasceu da necessidade de aprimorar as contribuições – que já existiam – para as causas sociais. O diretor Francisco Azevedo afirma que os focos principais da atuação são a criança e o adolescente. Os programas se voltam em grande parte, portanto, aos conselhos tutelares. Com o apoio do instituto, criaram-se 636 conselhos em dois anos – o Estado mineiro possui hoje 1.135 conselhos.

O Pró-Conselho é considerado o projeto mais focado da entidade, por fortalecer os conselhos tutelares e municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ele engloba alguns programas complementares:

- celular amigo, que consiste na doação de celulares para os conselhos tutelares;
- prêmio bom conselho, que reconhece ações em prol dos direitos das crianças;
- seminário estadual pró-conselho, evento realizado anualmente;
- pró-FIA, incentivador para a criação de fundos para a infância e a adolescência (fia);
- minas de bons conselhos, que mobiliza a criação de mais conselhos tutelares.

Parcerias

Entre as atividades, há uma parceria do Instituto Telemig Celular com a Sedese (Se-

cretaria de Desenvolvimento Social e Esporte) e a Federação das Associações dos Municípios Microrregionais, que executa a implantação de conselhos em municípios que ainda não os possuem. Nesses locais, além da implantação, realiza-se a capacitação dos conselheiros que, muitas vezes, não têm conhecimentos suficientes para exercer a função. “Achamos que esse projeto não poderia ficar somente no âmbito da responsabilidade social da empresa Telemig: ele deveria se incorporar a uma ação política”, comenta Túlio Lamounier, superintendente da Criança e do Adolescente da Sedese. Conjuntamente, existe o trabalho com os promotores de justiça do Ministério Público. Para o promotor Marcio Rogério de Oliveira, a atuação do instituto é extremamente importante para todos que trabalham em conselhos, principalmente pelos cursos de capacitação.

O CEDCA (Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente) também está no processo. Geraldo Gonçalves, ex-presidente do órgão, destaca o Pró-FIA: “Além de ajudar a criação de conselhos, o Instituto Telemig Celular mostrou como pessoas físicas e jurídicas podem depositar recursos no FIA, o que muitos não sabiam”.

Solidariedade contagiante

Os funcionários da empresa acabam influenciados pela virtude altruísta do instituto. O programa Voluntários em Ação prepara mutirões a cada dois meses, convidando funcionários, parentes e amigos para reformar alguma entidade.

Sílvia Marcos é agente de Solução ao Cliente da Telemig e, desde que começou a trabalhar lá há cerca de um ano, participa do programa. Para ele, o contato funcionário-diretor é bastante

acessível, especialmente durante o mutirão. Outra voluntária é Natália Cristina Chaves, analista de Marketing Cultural. Ela acha a idéia fascinante: “Às vezes as pessoas querem ajudar, mas não sabem por onde começar. O mutirão faz dos funcionários uma família, é uma ótima oportunidade que a empresa oferece”. Como lembrança das atividades solidárias, Natália tem sobre a mesa a foto de um garoto que vivia em uma das instituições atendidas.

O sub-secretário de Direitos Humanos da Sedese, João Batista, declara sua admiração pelo trabalho desenvolvido: “A Telemig Celular não entrou somente com a parte financeira, mas de alma, de coração. Tanto a empresa quanto o instituto estão envolvidos na causa. Eles acreditam poder fazer muito mais que apenas cumprir a função social da empresa”.

NÚMEROS DO INSTITUTO TELEMIG

636	conselhos tutelares criados com o apoio do instituto
200	conselhos equipados com celulares
10	mil manuais de orientação à criação de conselhos
360	voluntários no programa Minas de Bons Conselhos

www.institutotelemigcelular.org.br



Natália Cristina Chaves com a foto – lembrança do dia em que participou do programa Voluntários em Ação. À esquerda, fachada do Instituto Telemig.

Organização de São Paulo desenvolve iniciativas em busca da igualdade de gênero, fator indispensável para o equilíbrio social

Rede de mulheres conscientes

Em 8 de março de 1857, 129 operárias de uma fábrica têxtil de Nova York entraram em greve reivindicando salários iguais aos dos homens, além de redução da jornada de trabalho, que chegava a 16 horas diárias. A conclusão desse episódio tem diferentes versões, sendo a mais provável aquela que os patrões teriam trancado as trabalhadoras e incendiado a fábrica. Intencional ou acidental, o evento provocou a morte de todas as grevistas. Em 1910, o 1º Congresso Internacional das Mulheres, realizado na Dinamarca, escolheu 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. Ao se avançar no tempo, percebe-se que o sexo feminino vem conquistando, mesmo que lentamente, parte dos direitos pelos quais luta há mais de um século. Um exemplo disso no Brasil é o direito ao voto, somente reconhecido na Constituição de 1934. No entanto, a primeira governadora só foi eleita 60 anos depois, o que evidencia a lentidão que existe na aplicação prática da igualdade de gênero.

O surgimento do movimento feminista produziu, a partir da metade do século XX, efeitos políticos e sociais importantes, além de significativa contribuição à reestruturação do pensamento ocidental. O movimento abarca hoje mulheres de diferentes gerações e camadas sociais, tanto no meio rural como no urbano.

Promovendo o “feminismo saudável”

Buscando promover o “feminismo saudável” – aquele que trabalha pela igualdade social – a Rede Mulher de Educação, criada em 1980, é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que incentiva e viabiliza a relação de grupos de mulheres em todo o Brasil, criando uma rede de serviços em educação popular feminista. A entidade desenvolve ações junto a mulheres e homens, de grupos e instituições mistas, comprometidos com relações humanas sem nenhum tipo de dominação.

As ações têm como missão fortalecer a capacidade de enfrentamento das desigualdades de gênero, a superação do sexismo nas organizações e a valorização das diferentes contribuições femininas à sociedade. As iniciativas da Rede são norteadas pela promoção da auto-estima e da participação crítica e criativa de cada indivíduo como protagonista do próprio desenvolvimento pessoal e, como consequência, do processo de transformação social.

A Rede Mulher de Educação adota como princípio-chave a máxima de que os direitos das mulheres são direitos humanos. Sendo assim, a educação popular feminista é um processo pedagógico de caráter político que busca a reciprocidade entre homens e mulheres, tanto na produção como na reprodução. De forma prática, a organização tem participado, desde os anos 80, de pesquisas, do processo constituinte de 1988 e de diversos encontros internacionais. Esses eventos, entre outros, contribuíram para o crescimento da entidade, que em 1994 definiu-se como Escola de Formação de Multiplicadoras em Gênero e Liderança.

As atividades da Rede Mulher

A entidade desenvolve atividades de formação, pesquisa, comunicação e articulação para fortalecer e desenvolver as competências técnicas e políticas de pessoas, grupos e instituições. Tal reforço contribui para a ampliação do poder de influência dos mesmos junto a outros setores da sociedade e nas políticas públicas locais, regionais e nacionais. Tendo como foco gênero e liderança, o trabalho da organização está vinculado a três eixos estratégicos: formação (desenvolvimento de metodologias e formação continuada de formadoras e formadores, assim produção de materiais educativos), educomunicação (comunicação para trabalho em rede e leitura crítica dos meios de comunicação) e fortalecimento institucional de organizações voltadas à mulher.

Comemoração do Dia Internacional da Mulher



AGÊNCIA RME

FELIPE MELLO E ROBERTO RAVAGNANI

A educação popular feminista é um processo pedagógico de caráter político que busca a reciprocidade entre homens e mulheres, tanto na produção como na reprodução

A Rede oferece cursos, oficinas e assessorias ministrados por profissionais. Os conteúdos e metodologias são adaptados conforme o perfil e a demanda dos grupos requisitantes. São destinados a mulheres e homens de qualquer faixa etária, com diversos temas e áreas abordadas, buscando esclarecer a questão e melhorar a qualidade de vida dos participantes. Isso porque os diversos cursos tratam de saúde psicológica, física e social, entre outros setores que também merecem atenção.

De forma geral, as atividades da RME têm importante impacto junto ao movimento de mulheres, ao movimento popular, à sociedade civil organizada, às políticas públicas e às ações de responsabilidade social, sendo que os produtos contribuem, de várias maneiras, para o fortalecimento feminino e, assim, para a equidade de gênero na luta pela conquista de uma sociedade mais justa e humana. A avaliação desses impactos é particularmente difícil, já que as ações da organização se dão num contexto em que incidem diversos fatores e envolvem muitos e distintos “circuitos” de relações. Aqui vale informar que, conforme o manual *Relações de Gênero no Ciclo de Projetos*, editado pela Rede Mulher de Educação, “o fortalecimento é um processo complexo de crescimento individual e de grupo em direção à autonomia e à solução de problemas. É a preparação para o exercício da cidadania em seu sentido mais amplo”.

Resultados e reconhecimento do trabalho

É fundamental a apresentação de alguns exemplos de impactos de ações realizadas pela organização, assim como o reconhecimento pelo sucesso auferido. A primeira delas aborda a influência em políticas públicas, juntamente com o estado do Amapá, por meio do qual o governo, em parceria com o Sebrae, passou a considerar as variáveis de gênero, preocupando-se com a realidade e as necessidades da mulher

ao desenhar sua política de apoio a projetos de geração de renda e ao construir critérios para a concessão de empréstimos pelo Banco do Povo. Com isso, até o momento foram capacitadas 480 mulheres no Amapá, tendo como resultados: uma artesã exportando sua produção; mulheres na direção da Associação dos Artesãos do Estado de Macapá; cerca de 70% de representação de mulheres na feira de artesanato e influências na inclusão das necessidades práticas e estratégicas em matéria de política de geração de renda no Estado, incluindo crédito no Banco do Povo.

Outra iniciativa que trouxe resultados positivos foi a parceria com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo-Itesp, por meio da qual foram realizadas oito oficinas dirigidas a trabalhadoras rurais assentadas na região do Pontal do Paranapanema, atingindo cerca de 240 mulheres. A ação influi na preparação do IV Encontro de Mulheres Assentadas e Quilombolas, o que representou um impulso na organização de sua associação e na criação de estratégias para que se defendessem da violência.

Ao se tratar de reconhecimento, é válido informar que, em 2000, a Rede Mulher recebeu o Prêmio Bem Eficiente, da Kanitz, em função da qualidade e transparência da organização quanto à gestão financeira, bem como aos impactos das atividades junto à sociedade brasileira. Respostas por meio de resultados sociais e prêmios validam as iniciativas, animando o grupo daqueles que se dedicam à causa. Afinal, a realidade na qual a RME trabalha ainda demanda muitos esforços para que o cenário sofra as alterações justas e necessárias. Para se ter uma idéia, ainda nos dias de hoje, conforme artigo do DIEESE intitulado “As condições sociais básicas das famílias chefiadas por mulheres”, os lares liderados por mulheres possuem renda familiar inferior em 60,8%, em média dos domicílios chefiados por homens. É um dado que evidencia a desigualdade de gênero, que provoca uma série de efeitos colaterais, ratificando a pertinência das atividades da Rede Mulher de Educação. ☺



Sócias-educadoras da Rede Mulher de Educação, de diferentes regiões brasileiras, das áreas urbana e rural

NÚMEROS DA REDE MULHER

25 anos de atuação

480 mulheres capacitadas no Amapá

240 mulheres nas oficinas no Pontal de Paranapanema



Rede Mulher

Rua Coriolano, 28 (atrás do Sesc Pompéia)
www.redemulher.org.br
vera@redemulher.org.br
 (11) 3873-2803

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas, palestrantes e diretores da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

DEFESA DA CRIANÇA

Reunião de entidades de Salvador promove, desde 1991, incessante combate ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil, tendo já atingido muitas conquistas

No combate à violência infanto-juvenil

FELIPE MELLO E
ROBERTO RAVAGNANI

O dia 18 de maio faz parte do calendário nacional desde 1998 como data representativa de uma guerra que apresenta batalhas diárias. Trata-se do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Apesar de tema de urgência evidente, muito ainda deve ser feito no sentido de reduzir, quiçá exterminar, a violência sexual contra crianças e jovens. Já existem movimentos sólidos e crescentes voltados a essa causa, que apresentam conquistas dignas de registro. Quanto mais palmas, divulgação e apoio para as organizações envolvidas nessa luta, menos palmadas nas crianças e jovens brasileiros.

Araceli, criança do Brasil

A definição do dia 18 de maio não foi feita de forma aleatória. Na verdade, antes tivesse sido esse o critério de escolha. Entretanto, e infelizmente, a história conta outros fatos. A data faz referência a um crime que chocou o país por sua brutalidade. Araceli Cabrera Sanches, na época com oito anos, foi seqüestrada, espancada, drogada, estuprada e morta por integrantes de tradicionais famílias da sociedade capixaba dos anos 70. Quase trinta anos depois, os assassinos continuam impunes.

Então o dia definido exalta a impunidade, motivação da crescente violência social? A resposta é afirmativa no sentido de registrar a histórica inoperância do sistema judiciário, que, desde o descobrimento da nossa terra tupiniquim, vem fazendo vistas grossas e ouvidos de mercador para muitos casos que envolvem sobrenomes tradicionais. No entanto, a preferência por 18 de maio também pode e deve ser interpretada como um compromisso com um ser humano indefeso que pagou com a vida pela impunidade. Esquecer é permitir; lembrar é combater. É por Araceli, assim como por outras crianças e jovens que já sofreram, e na esperança de evitar sofrimentos

futuros, que o Cedeca-BA tem trabalhado para defender e garantir os direitos fundamentais infanto-juvenis, especialmente o direito à vida e à integridade física.

História de protagonismo

Dentre uma série de trabalhos realizados pelo Cedeca-BA, vale destacar a participação na criação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil: o dia 18 de maio nasceu em 1998 na Bahia, quando cerca de 80 entidades públicas e privadas reuniram-se no 1º Encontro do Ecpat (organização internacional que luta pelo fim da exploração sexual e comercial de crianças) no Brasil. Organizado pelo Cedeca-BA, representante oficial da organização, o evento reuniu instituições de todo o país. Transformada em projeto de lei pela deputada Rita Camata, a proposta foi aprovada pelo Congresso Federal, passando a integrar o calendário oficial do país, e a campanha foi adotada pelo governo federal.

A história do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan, o Cedeca-BA, é marcada, segundo Samantha Xavier, psicóloga e vice-coordenadora executiva da organização, “pela ousadia e independência de quem faz da mobilização, da articulação e do conhecimento as principais estratégias”. Fundado em 1991 por entidades sociais de Salvador, as ações do Centro vêm desenvolvendo mecanismos que fortalecem a proteção jurídico-social, a prevenção e o atendimento às crianças, adolescentes e seus familiares, vítimas de homicídios e de violências sexuais. Samantha afirma: “O método de intervenção social dessa instituição está baseado no desenvolvimento prévio de pesquisas setoriais, que possam contribuir para uma leitura mais realista e apurada de determinada situação”. As pesquisas fornecem elementos para que o

Cedeca-BA tenha como atuar na questão de forma consciente e transformadora, construindo políticas públicas que dêem prioridade à proteção integral da criança e do adolescente.

Violência sexual

A decisão da entidade de atuar junto à problemática da violência sexual contra a população infanto-juvenil teve início em 1994, conta a vice-coordenadora executiva da organização. “A constatação de que, enquanto os meninos eram assassinados nas ruas da capital baiana, as meninas eram violadas sexualmente, motivou a realização da pesquisa Meninas de Salvador”, completa ela. O estudo revelou os sonhos, medos e expectativas de 74 adolescentes exploradas sexualmente. Por meio dessa produção foi possível dar início a várias ações que, desde então, têm desencadeado outras tantas, responsáveis pela consolidação do Cedeca-BA como entidade-referência no enfrentamento e prevenção ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Os resultados da pesquisa motivaram ainda a realização da I Conferência Metropolitana sobre Prostituição Infanto-Juvenil, também em 1994, reunindo 70 organizações sociais. A partir das discussões, o Centro construiu o Plano Estratégico de Intervenção Sócio-Jurídico na Exploração Infanto-juvenil, oferecendo aos conselhos de direitos subsídios para a formulação de políticas públicas de combate a essa problemática.

Articulando setores estratégicos da sociedade baiana, veiculou-se em julho de 1995 a Campanha contra Exploração Sexual Infanto-Juvenil, primeira ação do Plano, que ganhou visibilidade nacional ao ter sido adotada pelo governo federal em dezembro do mesmo ano. O apelo e o incentivo à denúncia foram as marcas da campanha, nas vozes e canto de Renato Aragão, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Daniela Mercury. Segundo Samantha, “naquele primeiro ano foram recebidas 3,4 mil denúncias, sendo abertos 300 inquéritos na Bahia”. A campanha acabou impulsionando a iniciativa de quatro novas leis (duas municipais e duas federais) específicas no combate à violência sexual infanto-juvenil e dezenas de campanhas regionais. Precursora no país, a mobilização é realizada todo ano, durante o carnaval, reunindo entidades públicas, sociedade civil organizada, artistas e comunicadores, formando uma grande rede em defesa dos direitos infanto-juvenis.

Conhecimento à disposição

A maior dúvida que paira sobre diversos projetos sociais, especialmente sobre aqueles que trabalham com defesa de causas, diz respeito à barreira que separa a proposta assistencialista da política pública de assistência. Afinal, como ultrapassar os limites de uma visão puramente jurídica? A partir dessa compreensão surgiu no

Cedeca-BA o Projeto de Estudos e Pesquisas sobre a Exploração e o Abuso Sexuais de Crianças e Adolescentes, visando à instalação de um banco de dados, com o apoio financeiro e técnico do Projeto Pommar. Entre as finalidades, Samantha Xavier destaca “a criação de um arcabouço conceitual que proporcione à sociedade civil e aos profissionais atuantes na área, especificamente, a possibilidade de falar uma linguagem comum para um planejamento articulado, captação de recursos eficaz e, principalmente, mudança de cultura”. O banco de dados está disponível na página virtual da instituição, com textos de especialistas e estatísticas sobre o assunto.

O Centro também oferece a seus usuários serviços gratuitos de advocacia, psicoterapia individual, musicoterapia, dança e grupos de apoio, além de equitação, ginecologia, pediatria e odontologia por meio de convênios com profissionais liberais e clínicas de Salvador. Caso fossem pagos, tais serviços sairiam por aproximadamente R\$ 840,00/mês. No entanto, a vice-coordenadora ressalta: “O custo do Cedeca-BA com seus pacientes gira em torno de R\$ 99,50. Isso demonstra que o trabalho com uma equipe multidisciplinar e as parcerias reduzem significativamente os custos com o tratamento das crianças, adolescentes e suas famílias”.

São muitos outros os exemplos de intervenção social que o Cedeca-BA tem para contar nos quase 15 anos de existência. Muito já feito, mas a consciência de que há muito ainda a fazer. Dentre as prioridades está o plano de aumentar sua capacidade de atendimento atual, que é de 150 crianças e adolescentes, simultaneamente. Para tanto, está à busca de financiamento a fim de aumentar a equipe de profissionais de atendimento direto, fundamental para alcançar a meta.

Não há dúvidas de que inúmeras crianças, infelizmente, ainda choram silenciosamente. Por esse motivo é que se deve torcer pela ampliação e o sucesso das organizações como o Cedeca-BA, assim como para o encorajamento da sociedade civil voltado à denúncia, ferramenta indispensável para a justiça. 🙏

Cedeca-BA

📍 www.violenciasexual.org.br
 @ comunicacao@cedeca.org.br
 @ novasmidias@cedeca.org.br
 ☎ (71) 321-5196 / 1543 / 5202

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas, palestrantes e diretores da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.



Atendimento psicossocial



Manifestação no Farol da Barra

NÚMEROS DO CEDECA-BA

15 anos de existência
150 crianças e adolescentes atendidos
3,4 mil denúncias durante a Campanha contra Exploração Sexual Infanto-Juvenil (1995)
300 inquéritos abertos na Bahia durante a mesma campanha

EDUCACIONAL

Atuação ecológica na comunidade

Organização do centro-oeste brasileiro que defende o meio ambiente gera renda a adolescentes de famílias em risco social

FELIPE MELLO E
ROBERTO RAVAGNANI



Acima, aula de informática. Na página ao lado, alunos do curso de montagem e configuração de computadores.

Na região central do Brasil, mais especificamente no centro-oeste, existe um ecossistema muito peculiar, que é dos mais ameaçados em todo o planeta: o cerrado. Entre os aspectos que contribuem com a degradação dessa região, que ocupa aproximadamente 20% do território nacional, está a pobreza, ou seja, o desequilíbrio social também vitima o meio ambiente. É nesse cenário que a FPC – Fundação Pró-Cerrado iniciou e mantém, desde 1994, seu trabalho social, que tem a missão de unir defesa do meio ambiente à geração de renda para adolescentes de famílias em risco social.

Programa Jovem Cidadão

A partir do estabelecimento de parcerias e da implementação de um modelo econômico auto-sustentável, a FPC tem conseguido fomentar a aliança entre educação e trabalho, com a clara percepção de que o jovem deve ser o protagonista das transformações. O programa que envolve a juventude da região é chamado Jovem Cidadão, e apresenta resultados muito positivos. Nos últimos seis anos, o projeto já atingiu mais de 15 mil jovens de 14 a 17 anos das classes D e E, distribuindo mais de R\$ 18 milhões em salários.

Ao atuar como alternativa ao ciclo de pobreza que relaciona famílias miseráveis à degradação do meio ambiente, o programa Jovem Cidadão prova ser um dos importantes trabalhos não-governamentais de combate à delinquência juvenil no Brasil. Com atividades multidisciplinares, o projeto propõe soluções para melhorar a qualidade de vida dessas famílias. Por meio dele, os adolescentes recebem capacitação profissional e são encaminhados ao primeiro emprego nas

empresas públicas e privadas, parceiras da Fundação Pró-Cerrado. O Jovem Cidadão recebe um salário mínimo, tem carteira de trabalho assinada e conta com todos os benefícios previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Durante o processo inteiro, o adolescente necessariamente precisa estar estudando, a fim de garantir o emprego.

Franchising social

Uma característica interessante do programa Jovem Cidadão é sua auto-sustentabilidade. Além disso, ele é replicável e se encontra em fase de expansão para todo o país, no formato de *franchising*. Esse modelo de franquia social desenvolvido pela FPC, em parceria com a Ashoka Empreendedores Social e a McKinsey & Company, tem como base o Estatuto da Criança e do Adolescente e o suporte da lei federal 10.097/2000, mais conhecida como Lei do Menor Aprendiz. Segundo a legislação, empresas privadas de determinado porte deverão admitir entre 5% e 15% de jovens trabalhadores em seus quadros, possibilitando a criação de aproximadamente um milhão de empregos pelo Brasil.

Somente em Goiás, a fundação trabalha atualmente com 150 empresas públicas e privadas que obedecem a tal exigência, ou, no caso das desobrigadas por lei, que fazem questão de exercitar a responsabilidade social empresarial, dando oportunidade de emprego formal a mais de 3,5 mil adolescentes. Entre os parceiros do programa Jovem Cidadão, destacam-se o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, a Unilever/Bestfoods, o Sebrae, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Os braços da FPC chegam a diversas comunidades, oferecendo oportunidades de crescimento pessoal e profissional

Aproveitando oportunidades para crescer

Desde que foi fundada, a FPC tem como diretriz o reaproveitamento de equipamentos descartados e a recuperação de espaços abandonados. Com esses princípios, a Pró-Cerrado instalou sua sede em um prédio cedido pelo governo do Estado de Goiás, em regime de comodato. A partir de então, iniciava-se completa transformação nos aspectos urbanos do entorno do Estádio Serra Dourada, localizado ao lado da sede da entidade. O prédio ocupado pela FPC tinha também como vizinho um parque abandonado que vinha sendo vandalizado há mais de uma década. Uma mudança na paisagem também não demorou a acontecer quando se iniciou, em 1999, a campanha de revitalização do Parque da Criança, hoje completamente recuperado e entregue à sociedade. Mais um exemplo de que o poder público, a sociedade civil organizada e o Terceiro Setor podem proporcionar ao cidadão conquistas notadamente saudáveis.

Além da sede, a Fundação Pró-Cerrado conta ainda com outras unidades, por meio das quais amplia os serviços oferecidos à comunidade: a organização atua hoje em Goiânia, Anápolis, Palmas (Tocantins) e São Miguel do Araguaia, local que abriga um dos maiores projetos da organização, o Centro de Educação Tecnológica Vale do Araguaia. Esse centro tem como propósito atender a mais de três mil pessoas em busca de conhecimentos nas áreas de turismo e agricultura. O complexo educacional está situado em uma área de 22 mil metros quadrados, com 71 cursos básicos e técnicos gratuitos ou de baixo custo disponíveis, realizados sempre por meio de parcerias. São os braços da fundação chegando a diversas comunidades, oferecendo oportunidades de crescimento pessoal e profissional, propulsores do equilíbrio social.

Escola na fazenda

Soma-se à sede e aos núcleos citados o programa Escola Fazenda de Araçu. Trata-se de uma das poucas escolas agrícolas criadas em Goiás com características profissionalizantes. A oficialização de uma parceria entre a Fundação Pró-Cerrado e o governo do Estado, em abril de 2003, colocou em prática um trabalho de cooperação mútua, de caráter técnico, financeiro e operacional, que propiciou a revitalização da área de 774 hectares localizada a 90 quilômetros

da capital. Assim, a instituição de ensino, que esteve inativa por três anos, é atualmente um núcleo sócio-educativo-ambiental, onde serão executados cursos de qualificação e o programa Jovem Gestor Rural a partir deste ano.

A proposta educacional da Escola Fazenda de Araçu está fundamentada no ensino profissionalizante e técnico, com foco em atividades agrosilvopastoris (agricultura associada à pecuária e ao plantio de árvores). As inscrições foram abertas no início deste ano e a expectativa é formar até cem alunos de nível técnico por semestre. Já os cursos profissionalizantes estarão abertos a toda a comunidade e serão ministrados com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) ou subsidiados pela própria FPC.

Parcerias e crescimento

A estratégia de sustentabilidade da organização está fortemente baseada na prestação de serviço de caráter público, uma vez que 95% dos recursos provêm de tais atividades. Os outros 5% vêm de doações. Para o curto prazo, a FPC pretende expandir os trabalhos do programa Jovem Cidadão por meio da franquia social para outros estados brasileiros, a começar pelo Distrito Federal.

Dessa forma, a instituição prossegue com a intenção de manter e ampliar uma obra que se preocupa com o desenvolvimento sustentado do cerrado, transferindo para o âmbito social a mesma preocupação que a Fundação Pró-Cerrado sempre teve com o meio ambiente, criando campanhas que promovam conjuntamente aspectos educacionais e ambientais e resultem em geração de renda para comunidades carentes. 

NÚMEROS DA PRÓ-CERRADO

10 anos de atuação

15 mil jovens no programa Jovem Cidadão

3,5 mil adolescentes com emprego formal



DIVULGAÇÃO

Fundação Pró-Cerrado

 Av. H esq. C, rua 72, Parque da Criança
CEP 74810-070 – Goiânia/GO

 www.fpc.org.br

 (62) 237-3000
Fax (62) 237-3000

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas, palestrantes e diretores da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.



DIVULGAÇÃO

Força para a infância e juventude

Fundamentados no Estatuto da Criança e do Adolescente, conselhos tutelares dão exemplo de cidadania e dedicação

THAÍS MENDES

Os conselhos tutelares têm papel de extrema importância para a sociedade, especialmente para o Terceiro Setor, pois oferecem à comunidade a possibilidade de participar dos princípios da cidadania. Mesmo assim, muitas de suas características e especificidades ainda são desconhecidas.

Criados em 1990 a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que nasceu para assegurar o respeito aos direitos dos jovens, os conselhos são compostos por cinco membros titulares escolhidos pela comunidade, durante um mandato de três anos, e funcionam basicamente como órgãos que zelam pelo cumprimento do estatuto. O surgimento desses órgãos foi baseado na idéia de que, como os casos levados ao antigo “juiz de menores” eram de assistência social, soluções mais eficazes apareceriam se pessoas escolhidas pelo povo analisassem as situações. “Propusemos a criação dos conselhos tutelares para que os casos sociais não se transformassem em judiciais ou até policiais”, diz Regina Helena de Oliveira, participante da redação do estatuto, assistente social e consultora especializada nos assuntos da Infância e Juventude.

Por serem instrumentos diretos, os conselhos escolares não só recebem denúncias, mas também atuam de maneira preventiva e, ao menor sinal de violação, são aplicadas medidas previstas nos artigos do ECA. Além disso, eles também têm o direito de abrir processos, cuidar de casos de infração (o que era antes tarefa dos juízes) e dar aconselhamento a pais e responsáveis.

As atividades realizadas por esses órgãos estão ligadas ao Poder Executivo do município, mas não há subordinação a qualquer instância, pois eles são autônomos e permanentes. A criação de um conselho é iniciativa do prefeito, todavia sua implementação precisa de recursos do executivo.

Apesar de a lei estabelecer que em cada município deve haver ao menos um conselho tutelar, existem 3.500 em todo o Brasil, sendo que há aproximadamente 5.500 municípios no país. Celina Chagas, conselheira tutelar da Criança e do Adolescente da Pampulha (Belo

Horizonte) e fundadora da ACONTEMG (Associação dos Conselhos Tutelares do Estado de Minas Gerais), conta que, em Belo Horizonte, o primeiro conselho surgiu em 1993; contudo, existem ainda cidades, especialmente no interior do Estado, que não têm e nem pensam no assunto. Outro ponto é que apenas mil conselhos trabalham com o Sistema de Informação para a Infância (Sipia), que garante o cumprimento dos direitos.

O cargo de conselheiro

Trabalhar como conselheiro não é tarefa fácil e exige grande esforço. Terezinha Mayer, conselheira tutelar de Pinheirinho, Santa Catarina, diz que muitas portas se fecham, porque as pessoas não conhecem os conselhos e nem sabem pra que eles servem. Antes de qualquer coisa, é preciso gostar e ter experiência de trabalho com crianças e adolescentes, além de conhecer as etapas do desenvolvimento humano e ter comprometimento com a defesa dos direitos e deveres deles.

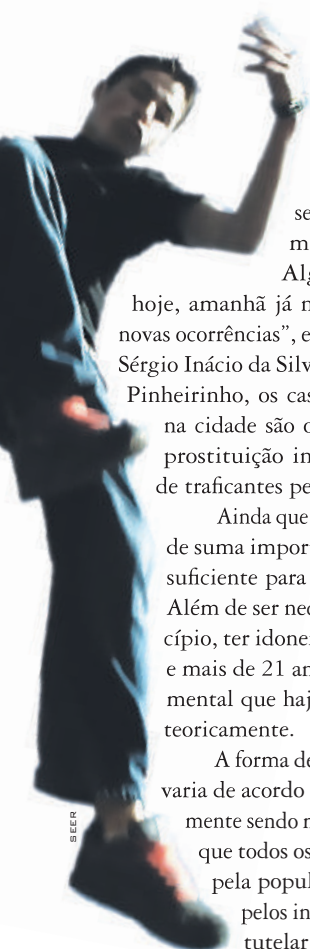
Celina Chagas está em seu terceiro mandato e afirma que o trabalho é árduo e requer, além de muita preparação e estrutura, intenso envolvimento pelo ideal: “Não adianta só a questão técnica, é necessário ter um olhar maternal, mais profundo, e sentir amor pelo que faz”. Diz ainda que as dificuldades encontradas são muitas, mas a principal é a falta de políticas públicas que deem retaguarda ao conselho. “O governo precisa se conscientizar em relação à lei e também tomar mais conhecimento do trabalho dos conselheiros”. A conselheira de Pinheirinho, Jussara da Silva Gouveia, concorda: “O fato de a lei dizer que a criança é prioridade não nos garante a prática, por conta dos nossos governantes. Ainda há um longo caminho a ser percorrido”.

Deve ser realizada a leitura individual de cada caso que chega até os conselhos, para verificar o que pode ser feito a curto, médio e longo prazo. “Não existe uma rotina, o conselho é muito dinâmico. Tudo o que é planejado para





A falta de estrutura e informação pode gerar até a violação dos direitos da criança e do adolescente



ser feito amanhã, provavelmente não vai acontecer.

Algo que parece urgente hoje, amanhã já não é, porque aparecem novas ocorrências”, esclarece Celina. Segundo Sérgio Inácio da Silva, conselheiro tutelar de Pinheirinho, os casos de maior ocorrência na cidade são os traumas psicológicos, prostituição infantil e movimentação de traficantes perto de escolas.

Ainda que a dedicação seja um ponto de suma importância, ela não é por si só suficiente para formar um conselheiro. Além de ser necessário residir no município, ter idoneidade moral reconhecida e mais de 21 anos, é igualmente fundamental que haja capacitação, ao menos teoricamente.

A forma de escolha dos conselheiros varia de acordo com a lei municipal, somente sendo mantida a característica de que todos os membros são escolhidos pela população. A função exercida pelos integrantes de um conselho tutelar é de extrema relevância pública e, apesar de não haver vínculos empregatícios, devem ser garantidos a eles certos direitos.

Remuneração

Embora a remuneração dos conselheiros seja considerada eventual, por ser regida pela municipalidade, a exigência de que haja algum tipo de subsídio é clara. Isso porque o trabalho exercido por eles demanda dedicação exclusiva e apresenta inúmeras dificuldades. Em municípios onde não há nenhum tipo de retorno, o número de interessados diminui, o que pode levar ao comprometimento da existência desse órgão.

Os recursos para o pagamento dos conselheiros são públicos, assim como o capital voltado para a manutenção do funcionamento do conselho – ambos devem estar previstos no orçamento do município, mesmo sem gerar nenhum vínculo empregatício.

Capacitação

A preparação daqueles que se propõem a atuar como conselheiros é essencial, já que é preciso saber que atitudes tomar frente aos diferentes casos. O Estatuto da Criança e do Adolescente é a principal ferramenta de trabalho em um conselho tutelar. Por esse motivo, conhecê-lo com profundidade ajuda muito na hora de lidar com quem precisa de atendimento.

“Esse é um novo papel a ser exercido pela comunidade; por isso é necessária a capacitação dos agentes. Não se pode esperar que pessoas comuns entendam a doutrina afirmada pelo ECA sem que recebam algum suporte”, comenta a assistente social Regina Helena.

Nas grandes cidades do país, os conselhos têm estrutura e indivíduos capacitados que executam esse trabalho. O problema surge quando se trata de cidades menores, normalmente no interior. Em tais locais, os conselheiros podem estar providos de boa vontade, mas a falta de estrutura e informação pode gerar até a violação dos direitos da criança e do adolescente (exatamente o contrário da proposta, que é de resgatar esses direitos).

Atuação dos conselhos

Mesmo exercendo papel tão indispensável para o desenvolvimento do país, os conselhos tutelares não têm o reconhecimento que merecem. A falta de divulgação os deixa permanecer desconhecidos pela população que, muitas vezes, nem sabe da existência de tais órgãos. “Até agora não vimos a imprensa, formadora de opinião, defender os conselhos tutelares enquanto instâncias legítimas da democracia, fundamentais para o desenvolvimento de qualquer comunidade”, complementa Regina Helena.

Uma vez que a sociedade passa a saber mais sobre o conselho, as denúncias chegam com bastante frequência. “O conselho hoje é como uma porta da esperança para as pessoas, pois elas sabem que lá serão atendidas e que, de alguma forma, algo será feito”, declara Celina Chagas. 

Se a sua entidade precisa

- ✓ Assessoria e auditoria de **Relatório e Balanço Social**
- ✓ Gestão e Controle de **Gratuidades**
- ✓ Auditoria Contábil e **Controles Internos**
- ✓ Apoio permanente ao gestor
- ✓ Segurança e tranquilidade frente às **normas legais**
- ✓ Equipe com profissionais com larga experiência junto ao 3º Setor

Sua entidade pode contar com a

AUDITUS

Consultoria & Auditoria Independente



www.
auditus
.com.br

Fone
(11) **3661-9933**

Reforma ministerial

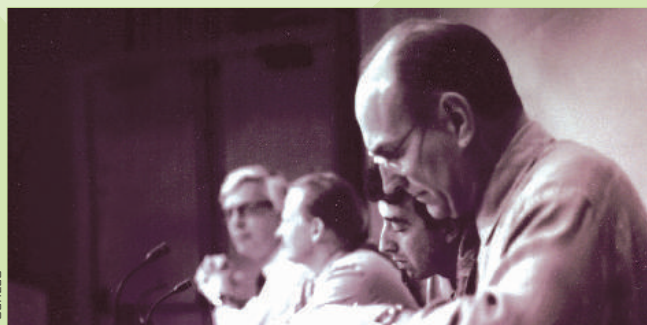
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou novas pastas e trocou cadeiras entre ministros. O senador Amir Lando (PMDB/RO) atua agora no Ministério da Previdência, no lugar de Ricardo Berzoini, que foi para a pasta do Trabalho. O petista Jaques Wagner assumiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no lugar de Tarso Genro que, por sua vez, partiu para o Ministério da Educação. Cristovam Buarque iniciou seu mandato no Congresso como senador e Patrus Ananias foi para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O presidente também anunciou Nilceia Freire para a Secretaria de Políticas para as Mulheres.



Ministra Nilceia Freire e presidente Lula durante a cerimônia de lançamento do Ano da Mulher no Brasil

Brasil é o sexto país mais empreendedor do mundo

Segundo pesquisa coordenada pelas instituições internacionais Babson College (EUA) e London Business School (Inglaterra), o Brasil é o sexto país mais empreendedor do mundo. Em 2002, havia aproximadamente 14 milhões de empreendedores no país, porém 56% eram por necessidade. Em 2003, o número se manteve estável, contudo 53% passaram a ser empreendedores pela percepção de oportunidades. O Brasil faz parte da pesquisa desde 2000 e sempre esteve entre os dez primeiros colocados.



Reajuste no valor mínimo do Fundef

O governo reajustou em 20,5% o valor mínimo do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), mas ainda não alcançou a quota estabelecida legalmente. Se a lei fosse cumprida, o piso ficaria acima de R\$ 700 por aluno. No entanto, com o reajuste deste ano, o mínimo será de R\$ 537,31 por aluno de 1º a 4ª série, e de R\$ 564,60 por aluno de 5º a 8ª série e da rede e ensino especial. A explicação para a quota não ter sido atingida é a falta de recursos orçamentários.



Programa Primeiro Emprego no Rio de Janeiro

O governo federal lançou em 30 de janeiro o programa no Estado carioca. Para ser colocado em prática, nove ONGs cariocas constituíram o Consórcio Social da Juventude, que prepara o jovem sem acesso ao Sine (Sistema Nacional de Emprego) para o mercado de trabalho formal. A preparação inclui salário de R\$ 150; oficinas que abordam inclusão digital; valores humanos; ética e cidadania; educação ambiental; saúde; qualidade de vida, e ações de estímulo à elevação da escolaridade.



Bolsa-família pretende atingir 901 mil famílias até julho

A meta do programa, que antes estava prevista para o fim do ano, foi antecipada para julho: até o final do semestre, espera-se o atendimento a 901 mil famílias. Os gastos com a iniciativa serão de R\$ 5,1 bilhões e a nova meta consumirá R\$ 491 milhões. De acordo com o ministro Patrus Ananias, serão atendidas 200 mil famílias em maio, e 300 mil em junho e julho.

Participação dos Estados na área ambiental

A reunião dos secretários do Meio Ambiente e dos presidentes de instituições ambientais de 22 Estados destinou-se à discussão da participação do governo federal nas ações voltadas à proteção da biodiversidade natural do país. Foi sugerido maior intercâmbio entre o Ministério do Meio Ambiente e os outros ministérios envolvidos nas questões ambientais, como das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e da Saúde. Os Estados querem participar mais das decisões tomadas nesse âmbito.

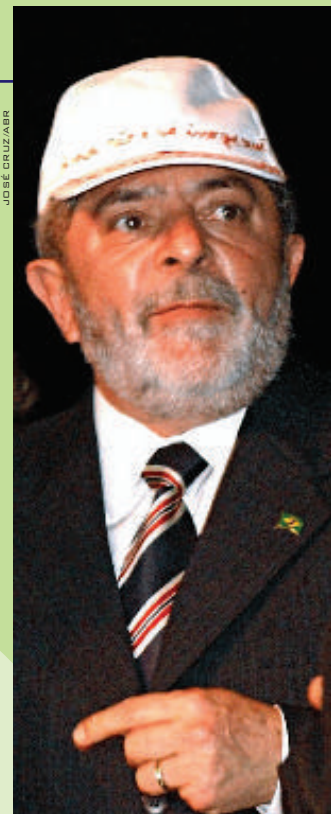


MARCO AURÉLIO MARTINS COBTA

Ano Ibero-Americano da Pessoa com Deficiência

O presidente Lula inaugurou o Ano Ibero-Americano da Pessoa com Deficiência, pregando a solidariedade e o fim do preconceito: "Não podemos aceitar nunca a deficiência de não compreender os direitos das pessoas que têm deficiência", ressaltou. Ainda segundo ele, 14,5% da população brasileira é formada por deficientes físicos. A decisão para se criar o Ano surgiu durante a Reunião de Cúpula dos Países Ibero-Americanos, em novembro de 2003 na Bolívia. No Brasil, as comemorações são coordenadas pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Presidente Lula na abertura do Ano Ibero-Americano da Pessoa com Deficiência



JOSE CRUZ/ABR

Escolas especiais receberão recursos

A lei que institui o PAED (Programa de Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência) foi sancionada, garantindo o repasse de recursos federais a entidades sem fins lucrativos que atendem pessoas com deficiência em todo o país. Os recursos também serão utilizados no transporte escolar, na construção e reforma de entidades e na compra de equipamentos.

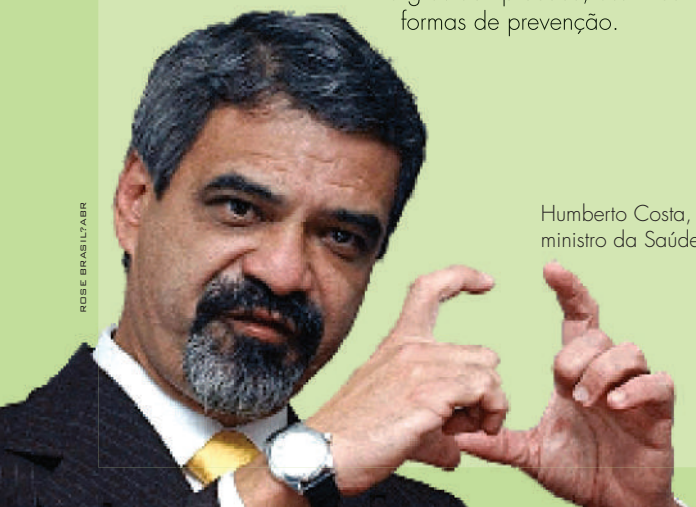
Estágio para jovens da Febem

Uma iniciativa do Metrô, CPTM, Dersa, Secretaria de Estado da Cultura e da Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho vai oferecer oportunidade de estágio e capacitação para cerca de 50 jovens da Febem. Os jovens também passam pelo Programa de Desenvolvimento de Adolescentes, no qual participam de palestras, workshops e cursos de informática, além de serem capacitados pelo Senai. Essa ação faz parte da proposta do governo do Estado de São Paulo de inserir os adolescentes da Febem na sociedade.

Fortalecimento do SUS em São Paulo – I

O ministro da Saúde, Humberto Costa, anunciou em fevereiro o repasse federal de R\$ 15,6 milhões para fortalecer o SUS (Sistema Único de Saúde) na cidade. A verba, que parte do Fundo Nacional de Saúde (FNS), será utilizada para a compra de equipamentos para serviços voltados a portadores de necessidades especiais, materiais para unidades de saúde e implementação dos serviços.

O ministro inaugurou ainda o programa Saúde e Educação nas Escolas, para informar sobre as DSTs e a gravidez precoce, assim como suas formas de prevenção.



Humberto Costa, ministro da Saúde

ROSE BRASILEIRA

Fortalecimento do SUS em São Paulo – II

O Ministério da Saúde ainda vai repassar aproximadamente R\$ 84.576.150 para que 15 instituições do município de São Paulo invistam no SUS. O capital (também proveniente do FNS) possibilitará a aquisição de equipamentos, materiais hospitalares e manutenção. Além disso, o ministro Humberto Costa lançou a HumanizaSUS (Política Nacional de Humanização no Sistema Único de Saúde), construída a partir de debates entre órgãos do ministério e representantes de secretarias estaduais e municipais de Saúde. A iniciativa é um conjunto de políticas de humanização na atenção e gestão da saúde.



Site integra Poder Legislativo e sociedade

Desenvolvido pelo Congresso Nacional em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o Interlegis é um programa que moderniza e integra o Poder Legislativo em nível federal, estadual e municipal, além de interagir esse poder com a sociedade. Por meio da internet é possível aumentar a participação da população no processo legislativo. Mais de mil câmaras municipais já receberam computadores e impressoras para que fossem colocadas suas informações à disposição dos internautas.



www.interlegis.gov.br

Confisco de terras

Foi aprovada no Senado a proposta de emenda constitucional que prevê o confisco da terra em que for flagrada exploração de trabalho escravo. Na proposta, as áreas expropriadas serão destinadas à reforma agrária e ao assentamento dos explorados que já trabalham na terra. O projeto, relatado pelo deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, enfrenta resistência da bancada ruralista.

Novo prazo para as ONGs se adaptarem ao Código Civil

A lei 10.838, de 30 de janeiro de 2004, prorroga o prazo para associações, sociedades e fundações adaptarem seus estatutos sociais a mudanças trazidas pelo novo Código Civil para 10 de janeiro de 2005. Para obter mais informações, consulte o texto *O Novo Código Civil e o Estatuto Social das ONGs*, disponível da página eletrônica da Abong.

www.abong.org.br

Repasse de recursos a entidades de educação especial

O Senado aprovou a medida provisória nº 139/03, apresentada na forma do projeto de lei de conversão nº 3/4, que institui o Programa de Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência (PAED). A medida também garante o repasse de recursos federais a entidades educacionais sem fins lucrativos que prestam atendimento a pessoas com deficiência em todo o país. O projeto segue para aprovação do presidente.

Projeto de lei para empregado eventual entrar na Previdência

O projeto de lei 1.401/03 pretende tornar o empregado eventual em segurado obrigatório da Previdência Social. A proposta também prorroga de 24 de junho de 2006 para 24 de julho de 2014 o prazo para esse trabalhador requerer a aposentadoria por idade. O objetivo é garantir proteção social ao trabalhador de baixa renda sem emprego fixo, que presta serviço de natureza urbana ou rural em caráter eventual ou sazonal. Também será protegido o empregado que tem relação de trabalho de curto período com uma ou mais empresas ou empregadores rurais.

Auxílio financeiro para voluntários

A lei 10.748/03, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, acrescentou o artigo 3º-A à lei 9.608/98, mais conhecida como Lei do Voluntariado. Segundo o art. 1º dessa lei, o serviço voluntário se caracteriza por ser uma atividade não-remunerada. Já o artigo 3º-A autoriza que jovens de 16 a 24 anos, cujas famílias tenham renda per capita mensal de até meio salário mínimo, recebam o auxílio de R\$ 150 por um período de até seis meses ao exercer atividades voluntárias em entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos.

Comissão reduz sanções a usuário de drogas

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou projeto que elimina a prisão e o tratamento obrigatório (como punições) a quem usar drogas para consumo pessoal, instituindo no lugar advertência, prestação de serviços comunitários e frequência a cursos sobre os danos causados por entorpecentes.

Imposto de Renda

A Comissão de Educação do Senado aprovou neste 10 de março o projeto de lei do Senado nº 81 de 2002, que prevê a dedução integral de gastos com educação do IR, incluindo despesas de contribuintes e seus dependentes com mensalidades de ensino fundamental, médio e superior, além de cursos de especialização e profissionalizantes. O projeto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para continuidade da tramitação.



Cooperativas de crédito não precisam recolher Cofins

As cooperativas de crédito são isentas do recolhimento da Cofins. A decisão foi tomada pela 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – RESP nº 388.925. A relatora do processo, ministra Eliana Calmon, destacou que, conforme estabelecido na lei complementar 70/1991, as cooperativas são isentas do pagamento de tributos, dentre eles a Cofins, em relação às receitas resultantes de atos cooperados.